AS SOCIEDADES URBANAS NA EUROPA MEDIEVAL

Urban Societies in Medieval Europe

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva (eds.)



AS SOCIEDADES URBANAS NA EUROPA MEDIEVAL

Urban Societies in Medieval Europe

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS **37**

AS SOCIEDADES URBANAS NA EUROPA MEDIEVAL

Urban Societies in Medieval Europe

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva
editores

Lisboa, 2025

Textos selecionados das IX Jornadas Internacionais de Idade Média "As Sociedades Urbanas na Europa Medieval" (Castelo de Vide, 3 a 5 de Outubro de 2024) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 1 a 2 de Outubro de 2024).

Arbitragem Científica:

Adelaide Millán Costa (U. Aberta)
Alícia Miguélez Cavero (Universidade Nova de Lisboa)
António Resende de Oliveira (Universidade de Coimbra)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidad de Cantábria)
Daniel Piñol-Alabart (Universidad de Barcelona)
Dominique Valérian (Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne)
Emílio Martín Gutiérrez (Universidad de Cádiz)
Florent Garnier (Université Toulouse Capitole)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)
Hipólito Rafael Oliva Herrer (Universidad de Sevilla)
Isabel del Val Valdivieso (Universidad de Valladolid)
Isabel Montes Romero-Camacho (Universidad de Sevilla)
Jean-Luc Fray (Université Clermont Auvergne)
Joana Sequeira (Lab2Pt – Universidade do Minho)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
José Manuel Nieto Soria (Universidad Complutense de Madrid)
José Meirinhos (Universidade do Porto)
Leotina Ventura (Universidade de Coimbra)
Leslie Brubaker (University of Birmingham)
Luís Carlos Amaral (Universidade do Porto)
Luís Miguel Rêpas (CHSC-UC – Universidade de Coimbra)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Cunha (Universidade do Porto)
María Asenjo González (Universidad Complutense de Madrid)
Maria João Branco (Universidade Nova de Lisboa)
Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo, Centro de Ciencias Humanas y Sociales – CSIC)
Mário Barroca (Universidade do Porto)
Mário Farelo (Universidade do Minho)
Michel Bochaca (Université de La Rochelle)
Ricardo Córdoba de la Llave (Universidad de Córdoba)
Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Sauro Gelichi (Università Ca'Foscari Venezia)
Wim Blockmans (University of Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Instituto de Estudos Medievais – Referência UID/00749/2025. DOI: https://doi.org/10.54499/UID/00749/2025.

Título	**As Sociedades Urbanas na Europa Medieval | Urban Societies in Medieval Europe**
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, BnF, Manuscrits, fonds Français 33, fól 94v.
Coleção	Estudos 37
ISBN	978-989-9228-08-5 (IEM) | 978-972-9040-28-3 (C. M. de Castelo de Vide)
e-ISBN	978-989-9228-07-8 (IEM) |
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco.
Revisão	Mariana Alves Pereira.
Depósito legal	506528/23
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de Abertura 9
Helena Esteves

As gentes da Europa urbana medieval: poderes, comunidades e identidades 11
Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva

PARTE I
Governar e representar as sociedades urbanas: a escrita, a normativa e os rituais

La manifestation rituelle et symbolique des solidarités et ambitions bourgeoises dans et hors des villes à fin du Moyen Âge 21
Élodie Lecuppre-Desjardin

Laboratoire communal et révolution de l'écrit (XII^e^-XIV^e^ siècle): quelques remarques générales 45
Pierre Chastang

Cada Comunidade Seu Foro: utilização das Humanidades Digitais para procurar o diferente e o semelhante nos estatutos foralengos 69
Manuela Santos Silva

Del protagonismo de los mesteres a la debilidad de los pecheros: grupos populares y sociedad política en el Oviedo medieval (siglos XIII-XVI) 89
Raúl González González

PARTE II
As sociedades urbanas: crises, mudanças e renovações

The medieval city: crucible of human and political renewal 113
Marc Boone

Crescimento, crise, transição. As sociedades urbanas no sudoeste da Hispânia (séculos XI-XIII) 137
Hermenegildo Fernandes

O Chanceler Julião Pais. Um poder muito próprio na Coimbra dos séculos XII e XII 157
Maria João Branco

Early History of the Orthodox Christian Elites in Istanbul: Fur, Silk, and Gold 185
Nuray Ocakli

PARTE III
Os privilegiados nas comunidades urbanas: nobreza, monges e freires

A nobreza portuguesa na cidade medieval: alguns apontamentos (séculos XII-XIV) 217
José Augusto de Sottomayor-Pizarro

Between Heaven and Earth: death and monastic rituals at the Monastery of Santa Cruz de Coimbra (1131-1181) 243
Rui Pedro Neves

El convento de Santa Clara de Palencia y su enclave urbano: la proyección a la ciudad del panteón de la familia Enríquez 269
María Carrión Longarela

PARTE IV
As elites urbanas: comportamentos, memória e diferenciação social

Cartografiando a las élites de Olite a finales del siglo XIV 293
Eloísa Ramírez Vaquero

Formación intelectual de la burguesía navarra en la Baja Edad Media (s. XIII-XV) 319
Fermín Miranda García

"Y puso yo la pizarra y las piedras". El negro. Duelo y linaje en los sepulcros de las élites burguesas a finales de la Edad Media 345
María Teresa López de Guereño Sanz

Dentro y fuera de la ciudad: memoria monástica femenina en Oviedo: siglos XI-XIII 363
Isabel Ruiz de la Peña González

Memórias visuais dos almoxarifes no século XIV 389
Carla Varela Fernandes

PARTE V
As sociedades urbanas perante as ameaças: conflitos, criminalidade e heresias

Guerre, faides et 'mortalités': égo-histoire et chroniques urbaines à la fin du Moyen Âge (villes d'Empire, 14e-début du 16e siècle) 413
Gisela Naegle

Se rencontrer et coexister dans les prisons de Lyon aux XIV^e^ et XV^e^ siècles 439
Lucie Guignet

La Villa de Laredo en la Edad Media: gobernanza de recursos naturales y espacios productivos frente a retos ambientales y sociales 461
Javier Añíbarro Rodríguez

Was a medieval city a faith community? A study of the correspondence between citizens of Wrocław and John of Capistrano 477
Rafał Kulicki

Nota de Abertura

Na sequência do encontro realizado em 2024, dedicado ao tema "As Sociedades Urbanas na Europa", esta edição afirma-se como um importante marco na continuide de um projeto científico e cultural que, desde a sua primeira edição, tem vindo a evidenciar-se como um espaço de reflexão e partilha de conhecimento.

O Município de Castelo de Vide congratula-se em participar em mais uma edição, que ao transformar as comunicações apresentadas num volume de referência, permite ampliar o debate científico, bem como o acesso da comunidade académica e do público interessado.

Ao longo do tempo, as sociedades urbanas assumiram um papel fundamental na evolução da Europa, refletindo profundas transformações económicas, sociais, culturais e políticas, o que originou que as sociedades fossem desenvolvendo a sua identidade, levando também ao desenvolvimento dos seus territórios.

Durante a Idade Média assistiu-se a uma profunda reorganização espacial e social, na qual as sociedades foram gradualmente assumindo um papel mais autónomo e dinâmico, desenvolvendo formas específicas de organização coletiva e criando novas oportunidades de desenvolvimento económico, cultural e social.

Nos dias de hoje, as sociedades vivem em verdadeiros centros globais, onde a mobilidade e a tecnologia avançam de forma volátil e problemas como o envelhecimento demográfico, alterações climáticas e desigualdades sociais se tornam cada vez mais evidentes, exigindo novas formas de resposta e organização.

Compreender a evolução das sociedades ao longo do tempo é, assim, fundamentalpara percebermos não apenas as transformações físicas e territoriais, mas também todas as dinâmicas de que foram sendo alvo.

O estudo das sociedades permite-nos reconhecer que cada espaço urbano é resultado de múltiplas interações humanas e de diferentes gerações, onde diversas culturas e modos de organização se cruzaram e encontraram soluções aos desafios de cada época.

No entanto, olhar para as sociedades do presente e do futuro implica continuar a valorizar a sua dimensão humana. Apesar da crescente influência da tecnologia e da

inovação, o verdadeiro motor do funcionamento urbano continua a residir nas pessoas, devendo-se ter especial atenção ao modo como se relacionam e correlacionam.

Uma sociedade verdadeiramente desenvolvida não se mede apenas pela sua capacidade económica ou pela sua modernização, mas sobretudo pelas suas populações, pela qualidade de vida, pela inclusão e pela capacidade de colocar o ser humano no centro das decisões.

O Município de Castelo de Vide considera que o conhecimento sobre a evolução das sociedades constitui uma ferramenta para construir territórios mais informados, mais coesos e mais inclusivos. Naturalmente ao associar-se a iniciativas desta natureza, o Município reafirma o seu compromisso com a cultura, a investigação e a valorização do património, reconhecendo que o desenvolvimento humano nasce da capacidade de aprender com o passado, viver o presente e projetar o futuro.

Sejam sempre bem-vindos a Castelo de Vide!

Helena Esteves

As gentes da Europa urbana medieval: *poderes, comunidades e identidades*

Amélia Aguiar Andrade[1]
Gonçalo Melo da Silva[2]

Ao longo da Idade Média, os poderes, tais como os reis e os príncipes, privilegiaram as cidades como centros de organização e enquadramento do espaço a nível político, socioeconómico, religioso e cultural. As urbes eram o local de residência e, com frequência, de passagem de indivíduos com diferentes estatutos sociais, níveis de riqueza e conhecimento e, por vezes, credos religiosos. As comunidades citadinas assumiram protagonismo em diferentes áreas, desde a política à economia, e no fomento, circulação e difusão de ideias e práticas religiosas e culturais.

O estudo das sociedades urbanas medievais continua a ser importante e necessário para compreender a sua composição, desigualdades e complexidade, assim como o seu papel na construção e vivência do espaço urbano. Na mesma linha, permite observar as diferentes fases da vida (infância, juventude, maturidade e velhice) dos seus habitantes, as suas emoções e as relações que estabeleciam entre si e com o exterior e, por conseguinte também a gestão e resolução de conflitos. Estes elementos alimentaram representações da sociedade urbana, expressos tanto em discursos e práticas, como em testemunhos materiais, que importa continuar a conhecer e aprofundar.

Assim, em 2024, o Instituto de Estudos Medievais da NOVA-FCSH e a Câmara Municipal de Castelo de Vide organizaram a nona edição das *Jornadas Internacionais de Idade Média* subordinada ao tema: *As sociedades urbanas na Europa medieval*, tendo como espaço de observação a Europa cristã, islâmica e judaica.

As *Jornadas* foram precedidas pela *VIII Escola de Outono em Estudos Medievais* para mestrandos e doutorandos, que voltou a afirmar-se como uma iniciativa formativa de grande relevância para a preparação de jovens investigadores. Ao longo das sessões da *Escola*, os participantes beneficiaram de três momentos importantes para a sua formação. Em primeiro lugar, assistiram a lições de especialistas de reconhecido

[1] NOVA FCSH; IEM – NOVA FCSH.
[2] NOVA FCSH; IEM – NOVA FCSH.

mérito e vasta experiência, que abordaram temáticas diversificadas, transmitindo não apenas conhecimento, mas também novas problemáticas, perspetivas de análise e metodologias de investigação. Os animados debates que se seguiram contribuíram por certo para novas pistas de reflexão, suscitaram interrogações e favoreceram uma profícua troca de ideias entre investigadores em diferentes fases do seu percurso académico. Por fim, a apresentação, em formato de poster dos projetos de dissertação ou de tese em desenvolvimento permitiu aos mestrandos e doutorandos submeterem o seu trabalho ao escrutínio dos docentes e colegas presentes. Este exercício contribuiu não só para o aperfeiçoamento dos respetivos projetos de investigação, como também para o desenvolvimento de competências de comunicação científica e de discussão pública em contexto académico. A *Escola* decorreu num ambiente de grande proximidade e informalidade, sem que tal comprometesse a qualidade e a exigência científica que, desde sempre a caracterizam. Uma dinâmica que se prolongou para além das sessões de trabalho, nas conversas informais durante as pausas para café, no Jardim, e nos almoços partilhados no Centro Municipal de Cultura, momentos igualmente importantes para a criação de redes de colaboração e para o fortalecimento da comunidade académica.

O trabalho desenvolvido nas Jornadas materializou-se na coleta de 19 estudos da autoria de 19 investigadores provenientes da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Polónia, Portugal e Turquia. Todos os textos beneficiaram das observações e comentários suscitados pelos debates realizados nas diferentes sessões, bem como da leitura crítica, atenta e criteriosa, dos avaliadores que procederam à sua apreciação prévia. Como seria de esperar, a maioria dos artigos centra a sua reflexão nos reinos ibéricos. Outros, porém, alargaram o horizonte geográfico a outros espaços políticos, como a França, a Flandres, a Inglaterra e a Itália, ou mais distantes, como o Sacro Império, a Polónia e o mundo Otomano. Do ponto de vista cronológico, predominam os séculos finais da Idade Média, uma realidade que, no caso peninsular, não constitui surpresa, atendendo às conhecidas limitações do acervo documental conservado para as primeiras centúrias medievais.

O livro que agora se publica estrutura-se em cinco secções: ***Governar e representar as sociedades urbanas: a escrita, a normativa e os rituais***; ***As sociedades urbanas: crises, mudanças e renovações***; ***Os privilegiados nas comunidades urbanas: nobreza, monges e freires***; ***As elites urbanas: comportamentos, memória e diferenciação social***; ***As sociedades urbanas perante as ameaças: conflitos, criminalidade e heresias.*** Esta opção organizativa procura refletir a diversidade e a complexidade das problemáticas abordadas, acolhendo estudos assentes em diferentes tipologias documentais e metodologias de investigação. Simultaneamente, pretende evidenciar a riqueza de perspetivas e de abordagens que atualmente caracterizam a investigação sobre as comunidades urbanas medievais, sem perder de vista os

múltiplos pontos de contacto e diálogo existentes entre os vários contributos reunidos neste volume.

A primeira secção, intitulada ***Governar e representar as sociedades urbanas: a escrita, a normativa e os rituais***, reúne estudos que abordam diferentes formas de organização política e de representação simbólica das comunidades urbanas medievais. Tendo como principal espaço de observação as cidades da Europa Ocidental – desde os territórios germânicos, França, Inglaterra e Países Baixos até à Península Ibérica – e uma cronologia que se estende entre os séculos XII e XVI, os textos disponibilizados exploram as múltiplas formas de construção da autoridade urbana, a afirmação de identidades coletivas e os instrumentos documentais e rituais que sustentaram o exercício do poder concelhio e das elites citadinas.

Entre os contributos reunidos nesta secção, merece particular destaque o estudo de Élodie Lecuppre-Desjardin, que, a partir de uma ampla perspetiva comparativa centrada sobretudo nas cidades do noroeste europeu, analisa a construção de uma cultura política urbana através dos rituais, das cerimónias públicas e da comunicação simbólica. Ao revelar como os juramentos, festividades, investiduras ou outras manifestações coletivas constituíram mecanismos essenciais para legitimar e afirmar as comunidades urbanas perante os poderes senhoriais e régios, a autora evidencia a importância dos códigos simbólicos na consolidação da autoridade municipal e na construção das identidades cívicas.

Da mesma forma, recorrendo a um espaço de observação alargado, Pierre Chastang propõe uma reflexão sobre a «revolução da escrita» entre os séculos XII e XIV, demonstrando como a multiplicação e diversificação da produção documental transformou as formas de governo das comunidades urbanas. Ao analisar as "linguagens documentais do poder" e as "paisagens documentais", evidencia o papel desempenhado pela escrita enquanto instrumento de organização administrativa, de legitimação política e de construção da memória coletiva das comunas medievais, situadas no sul de França e no norte de Itália.

Outros estudos aqui inseridos conduzem o leitor a problemáticas mais específicas, mas igualmente reveladoras da diversidade de escala e composição das comunidades urbanas. Manuela Santos Silva cruza as cartas de foral portuguesas com outros documentos frequentemente considerados textos foralengos, recorrendo às Humanidades Digitais para revisitar, em outros aspetos, os conceitos de "foro" e "forais" e as tipologias documentais que lhes estão associadas. Por seu turno, Raúl González González acompanha a evolução da sociedade política da cidade de Oviedo entre os séculos XIII e XVI, analisando as profundas transformações verificadas na composição das elites urbanas e na participação dos grupos populares no governo municipal.

A segunda secção, ***As sociedades urbanas: crises, mudanças e renovações***, reúne trabalhos que, incidindo sobre espaços geográficos bastante diversificados –

desde Portugal à Flandres e ao Império Otomano – e uma cronologia compreendida entre os séculos XII e XVI, procuram compreender as dinâmicas de transformação das sociedades urbanas, quer através das trajetórias de indivíduos e grupos sociais, quer pela análise das instituições municipais e comunidades urbanas como um todo.

Este apartado abre com o contributo de Marc Boone, cuja reflexão oferece um enquadramento abrangente do significado histórico da cidade medieval enquanto espaço privilegiado de renovação política e social. Partindo de uma visão de conjunto da evolução urbana europeia, o autor evidencia a extraordinária capacidade de adaptação das cidades perante as crises demográficas e económicas da Baixa Idade Média, sublinhando simultaneamente a importância de elementos como a cidadania urbana, o bem comum e a cultura política comunal na formação de modelos de organização coletiva que continuam a alimentar o debate historiográfico e político na atualidade.

As outras contribuições glosam diferentes expressões dessas dinâmicas de renovação. Maria João Branco revisita a figura de Julião Pais, chanceler dos três primeiros monarcas portugueses, procurando esclarecer aspetos ainda pouco conhecidos da sua atuação política e das redes familiares e clientelares que sustentaram o seu poder na Coimbra dos séculos XII e XIII. A autora evidencia a articulação entre a cúria régia, os poderes urbanos e as instituições eclesiásticas, tais como o Mosteiro de Santa Cruz e a Sé, revelando o papel desempenhado por esta personagem num período decisivo para a consolidação do reino português.

Num contexto geográfico e cronológico bem mais distinto, Nuray Ocakli transporta o leitor para a Istambul otomana das últimas décadas do século XV e da primeira metade do século XVI, analisando a formação das elites cristãs ortodoxas após a conquista de Constantinopla. Através da documentação produzida pelas fundações pias do sultão Mehmed II, acompanha-se a integração de mercadores e artífices especializados oriundos dos Balcãs, demonstrando o contributo destes grupos para a produção de bens de elevado valor destinados à corte otomana e para a reconstrução económica e social da nova capital imperial.

A terceira secção, ***Os privilegiados nas comunidades urbanas: nobreza, monges e freires***, concentra-se na presença e atuação de grupos privilegiados em contexto urbano, privilegiando o espaço português e galego dos séculos XII a XV. José Augusto de Sottomayor-Pizarro revisita a problemática da presença da nobreza portuguesa nas cidades medievais, interrogando as razões que explicam a reduzida expressividade do grupo aristocrático nos centros urbanos, sobretudo nas regiões do Norte e do Centro, durante os primeiros séculos da monarquia. A partir da análise sistemática das Inquirições Gerais do século XIII, o autor procura identificar os ritmos dessa presença, enquadrando-a num conjunto mais amplo de processos relacionados com a afirmação da corte régia, o desempenho de funções militares e a progressiva consolidação das elites municipais em territórios incorporados no contexto da

Reconquista. Por seu lado, Rui Pedro Neves centra a sua investigação no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra entre 1131 e 1181, analisando os rituais funerários e as práticas memorialísticas desenvolvidas por esta comunidade regrante. Recorrendo ao cruzamento entre cartulários, testamentos e o conteúdo do *Liber Ordinis* – um manuscrito criado para regulamentar a vida diária da comunidade monástica, revela como as celebrações litúrgicas foram articulando preocupações espirituais, estratégias familiares e mecanismos de construção de memória. María Carrión Longarela, por seu lado, estuda o convento de Santa Clara de Palência enquanto panteão da família Enríquez, explorando a relação entre arquitetura, implantação urbana, heráldica e memória familiar, bem como a capacidade desses programas monumentais projetarem, no espaço urbano, o prestígio e a autoridade das principais linhagens castelhanas.

A quarta secção, intitulada ***As elites urbanas: comportamentos, memória e diferenciação social*** e reúne estudos que, incidindo sobretudo sobre os reinos de Portugal, Leão, Castela e Navarra, entre os séculos XI e XVI, analisam diferentes mecanismos de afirmação das elites urbanas, explorando as suas estratégias de promoção social, de construção identitária e de perpetuação da memória. A partir de documentação escrita e de testemunhos artísticos e epigráficos, os autores refletem sobre a relação entre poder económico, estatuto social e representação simbólica, evidenciando a diversidade de soluções encontradas pelas elites para consolidarem a expressão da sua posição social nas comunidades urbanas medievais.

A secção abre com o trabalho de Eloísa Ramírez Vaquero que, a partir do mapeamento das elites da cidade navarra de Olite no final do século XIV, evidencia a estreita articulação entre o investimento económico, a exploração do espaço rural e a afirmação das oligarquias urbanas. Dedicado ainda ao contexto navarro, o texto de Fermín Miranda García chama a atenção para uma dimensão menos conhecida da sociedade urbana medieval: a formação intelectual da burguesia, analisando os percursos educativos, as instituições de ensino a que recorriam bem como o papel da instrução como fator de mobilidade social e política. Outros estudos orientam a sua atenção para as formas de construção da memória das elites urbanas através de diferentes testemunhos materiais. María Teresa López de Guereño Sanz analisa a escultura funerária promovida pelas elites mercantis de Burgos, evidenciando a utilização consciente da materialidade e da cor como instrumentos de afirmação linhagística, enquanto Isabel Ruiz de la Peña González demonstra o papel desempenhado pelas comunidades monásticas femininas de Oviedo na preservação da memória de mulheres pertencentes aos principais grupos dirigentes. Finalmente, Carla Varela Fernandes centra-se nos monumentos funerários dos almoxarifes régios portugueses do século XIV, mostrando como este grupo de oficiais da administração régia de especial incidência urbana procurou afirmar a sua posição social através da construção de uma memória material visual própria.

Encerra o volume a secção ***As sociedades urbanas perante as ameaças: conflitos, criminalidade e heresias***, que reúne estudos dedicados á resposta das comunidades urbanas perante diferentes formas de instabilidade e de conflito. Contemplando um alargado âmbito geográfico – desde o Sacro Império e França à Península Ibérica e Europa Central – e tendo como cronologia dominante os séculos XIV a XVI, os textos analisam problemáticas tão diversas como as que decorrem da guerra, das epidemias, da gestão de conflitos, da prática de crimes e do combate a propostas heréticas, revelando a capacidade de adaptação das cidades perante circunstâncias frequentemente adversas.

Entre os estudos reunidos, Gisela Naegle, através da análise cruzada de crónicas urbanas e narrativas autobiográficas produzidas em Augsburgo e Metz, evidencia o impacto das guerras, epidemias e conflitos militares na construção das memórias individuais e coletivas das comunidades urbanas. As contribuições seguintes abordam outras ameaças e perigos que exigiam uma resposta da comunidade urbana. Lucie Guignet, a partir do caso de Lyon, analisa as prisões e sua integração no contexto urbano, abordando, entre outros aspetos, o perfil socioeconómico dos reclusos, o papel da pobreza e das condições de vida como condições determinantes do encarceramento e a coexistência entre criminosos oriundos de diferentes estratos sociais. Javier Añíbarro Rodríguez, tomando com espaço de observação Laredo, revela a estratégia da comunidade para prevenir e gerir conflitos económicos relacionados com as atividades pesqueira e agrícola, em especial a ligada à vinha. Rafał Kulicki, por seu lado, recorrendo à da correspondência dirigida a João de Capistrano, franciscano e inquisidor italiano, pelos cidadãos da cidade de Wrocław, propõe uma reflexão sobre a identidade religiosa das comunidades urbanas e sobre a forma como estas conciliavam a dimensão política da *civitas* com a defesa do catolicismo.

Os estudos reunidos neste volume testemunham a vitalidade de um campo de investigação que ocupa, há várias décadas, um lugar de destaque no medievalismo europeu. A diversidade das abordagens adotadas, a qualidade dos contributos apresentados e a incorporação de novas perspetivas metodológicas conferem a esta publicação um inegável interesse científico. Para os editores, constitui motivo de particular satisfação verificar que a maioria das linhas temáticas definidas para as *Jornadas* encontrou expressão nos trabalhos agora publicados. Entre as quais se destacam os estudos dedicados aos rituais e às práticas que estruturavam a vida coletiva, aos mecanismos encontrados para expressar a diferenciação social e económica e às múltiplas formas de intervenção dos poderes nas vivências das comunidades urbanas.

Ainda assim, alguns domínios permaneceram menos explorados ou não chegaram a estar representados. É o caso das investigações centradas sobre as crianças, os jovens, nas famílias, nos estrangeiros residentes nas cidades, na sociedade de corte ou nas manifestações de emoções. Apesar da diversidade dos espaços analisados,

predominam os estudos dedicados à Península Ibérica, permanecendo escassas ou inexistentes as contribuições relativas às ilhas Britânicas, à Escandinávia, à Europa Central e Oriental, ao mundo islâmico ou a Bizâncio. Uma representação mais ampla destes contextos teria enriquecido o diálogo historiográfico, quer pela diversidade das tradições documentais, quer pela variedade das problemáticas e metodologias que podiam ser glosadas. Espera-se, todavia que este volume contribua não apenas para consolidar o conhecimento atualmente disponível, mas também para incentivar futuras investigações de carácter comparativo, capazes de alargar os horizontes cronológicos, geográficos e culturais da historiografia medieval.

* * *

Os editores pretendem deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que têm vindo a contribuir para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação deste volume – uma referência para todos quantos investigam, estudam ou se interessam pela Idade Média e pela cidade medieval em particular.

Na pessoa do seu Presidente, António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide a forma como, desde 2016, tem apoiado estas atividades demonstrando assim como a cultura pode ser um elemento fundamental na afirmação de uma comunidade, tornando-a protagonista na produção de conhecimento que, partindo da cidade medieval, permite entender melhor os centros históricos de origem medieva dos centros urbanos portugueses e, sustentar de forma mais fundamentada, as importantes decisões que sobre eles urge implementar.

Através da Dr.ª Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que ao longo deste percurso de vários anos nos têm acompanhado, garantindo que nenhum pormenor é esquecido e que todas as dificuldades inesperadas se resolvem, sem que ninguém se aperceba. O seu profissionalismo e a sua dedicação constituem fatores fundamentais na construção das boas memórias que os participantes levam de Castelo de Vide.

Ao Instituto de Estudos Medievais, através da sua atual Diretora Professora Doutora Catarina Tente, agradecemos todo o apoio material, à realização da *Escola de Outono* e *das Jornadas*.

O Marcel Paiva do Monte, com o seu saber, rigor e bom gosto tem garantido o sucesso da linha gráfica de divulgação dos distintos eventos da *Semana Medieval*, bem como a conceção gráfica e paginação desta publicação. A Mariana Alves Pereira tem a capacidade de concretizar com um sorriso que parece tornar tudo fácil, as tarefas mais complicadas e inesperadas. A Joana Paulino que tem sempre um cuidado, uma minucia e eficácia nas diferentes etapas que conduziram à edição desta obra e

à divulgação destes eventos. A esta equipa sempre disponível e eficiente, o nosso obrigada. Uma palavra ainda para agradecer aos estudantes da NOVA FCSH, Marcelo Andrade, Miguel Luís e Verónica Francisco, voluntários de apoio a estes eventos.

Nunca são demais os agradecimentos a todos os participantes na *Escola de Outono* e nas *Jornadas Internacionais de Idade Média* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos dos textos que integram esta obra pois são os protagonistas, não apenas desta publicação mas também deste fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que se tem vindo a construir e que pretendemos que se continue a caracterizar pela diversidade de perspetivas, pela comparação de problemáticas e fontes e pela discordância, sempre tão geradora de novas questões.

Aos habitantes de Castelo de Vide, pela simpatia no seu acolhimento a todos os participantes o nosso Bem Hajam!

Parte III
Os privilegiados nas comunidades urbanas: nobreza, monges e freires

A nobreza portuguesa na cidade medieval: *alguns apontamentos (séculos XII-XIV)*

José Augusto de Sottomayor-Pizarro[1]

Resumo

Partindo de algumas análises anteriores sobre a temática proposta, muito poucas, na verdade, procura-se encontrar as principais razões que levaram a uma presença tão pouco significativa dos membros do grupo aristocrático nos centros urbanos até meados do século XIV. Na tentativa de enquadrar melhor o problema, procede-se a uma análise dos textos das Inquirições Gerais promovidas pelos monarcas portugueses ao longo do século XIII (1220, 1258 e 1288-1290), para descortinar como se registou, ou não, a sua presença nos núcleos urbanos disseminados pelo Norte e Centro do Reino. Finalmente, avançam-se algumas propostas para pesquisas futuras, tendo em conta a afirmação da Corte Régia, o exercício de funções com cunho militar e, finalmente, as elites municipais que se desenvolvem a partir dos territórios mais recentemente incorporados através da reconquista.

Palavras-chave

Nobreza; Cidades; Norte senhorial; Poder régio; Sociedade de corte.

La nobleza en la ciudad medieval: algunas notas (siglos XII-XIV)

Resumen

A partir de algunos análisis previos sobre la temática propuesta, de hecho muy pocos, buscamos encontrar los principales motivos que llevaron a una presencia tan poco significativa de miembros del grupo aristocrático en los centros urbanos hasta mediados del siglo XIV. En un intento de enmarcar mejor el problema, se

[1] Faculdade de Letras (U. Porto). Academia das Ciências de Lisboa. Real Academia de La Historia de Madrid.

realiza un análisis de los textos de las Inquirições Gerais (Encuestas Generales), promovidas por los monarcas portugueses a lo largo del siglo XIII (1220, 1258 y 1288-1290), para descubrir cómo se registró, o no, su presencia. en los centros urbanos repartidos por el Norte y Centro del Reino. Finalmente, se plantean algunas propuestas de investigación futura, teniendo en cuenta la afirmación de la Corte regia, el ejercicio de funciones de carácter militar y, finalmente, las élites municipales que se desarrollaron a partir de los territorios más recientemente incorporados mediante la reconquista.

Palabras-clave
Nobleza; Ciudades; Norte señorial; Poder real; Sociedad de corte.

Introdução.

Num exercício já com quase 40 anos, Oliveira Marques organizou o conjunto de títulos nobiliárquicos concedidos até ao final do reinado de D. Afonso V, em função da região onde se localizavam as suas sedes territoriais. Tendo afirmado que o "património territorial dos ricos-homens localizava-se sobretudo a norte do Tejo e, predominantemente, em Entre-Douro-e-Minho, na Beira e em Trás-os-Montes", aquele exercício permitiu-lhe constatar que dos 34 títulos em questão, "23 (78%) correspondiam a senhorios a norte do Tejo e, daqueles, 20 (68%) a senhorios do Minho, Trás-os-Montes e Beira"[2]. E, já anteriormente, o mesmo ilustre historiador tinha acentuado como o aumento dos títulos tinha sido sumamente expressivo desde o reinado de D. Duarte – durante o qual apenas se contabilizavam 2 ducados e 6 condados –, para o do seu filho, D. Afonso V, com 4 Duques, 3 Marqueses, 25 Condes, 1 Visconde e 1 Barão, sendo embora certo que daqueles 34 títulos, 14 eram detidos pelo irmão do monarca (2) e pela Casa de Bragança (12); e, dos 20 restantes, 9 concentravam-se em apenas três famílias: Meneses (5), Coutinhos (2) e Melos (2)[3].

O que se pretende com esta reflexão inicial, com dados por todos conhecidos, é o de chamar a atenção para o facto de o século XV assistir à chegada do grupo aristocrático ao mundo urbano de forma notória, com o controle directo, mesmo, de um conjunto impressivo de cidades e de vilas portuguesas. Cabe aqui, também, sublinhar o facto de, pela primeira vez, a Coroa ceder cidades, algumas tão importantes como

[2] MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV.* in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 246.

[3] MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal. Desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Pinheiro de Azevedo.* 6ª ed., vol. I. Lisboa: Palas Editora, 1976, pp. 252-253.

Coimbra ou Viseu, como sedes de ducados, o que anteriormente apenas sucedera com a entrega dos burgos de Braga e do Porto aos respectivos senhores episcopais.

Já o facto de haver um certo desequilíbrio na sua distribuição regional não será de estranhar, tendo em conta, por um lado, uma presença tradicionalmente mais expressiva do regime senhorial a norte do Tejo, e em particular do Vouga, e, por outro, uma certa política régia de defesa e de afastamento do regime senhorial laico do além Tejo, política que foi evidente durante o reinado de D. Dinis, e que os seus sucessores imediatos pouco infringiram[4].

Assim, e para clarificar a perspectiva destas reflexões, e sublinho de novo o alcance do título, não tenho pretensões a mais do que um par de apontamentos sobre uma temática que nunca visitei directamente, como todos os presentes sabem. Comecemos pelo âmbito cronológico, excluindo desde já a segunda metade do século XIV e o século XV, período suficientemente estudado pelos especialistas e que já revela, sem ambiguidades, a presença da nobreza em diversos centros urbanos um pouco por todo o território. Nada poderia trazer de novo, portanto. De alguma forma poderia dizer o mesmo quanto aos séculos XI e XII, mais difíceis de analisar. Todavia, alguns estudos monográficos, quer sobre a cidade quer sobre a nobreza desse período, permitem alguns enquadramentos que poderão ser úteis para o tempo posterior. Dali, por isso, partirei, para me focar no século XIII e na primeira metade do século XIV, cronologia que me é mais familiar e cujas fontes podem permitir algumas sugestões de trabalho interessantes.

Quanto ao âmbito geográfico, e muito embora centre a minha atenção inicial no Norte senhorial, ele não deixará de ser um observatório para olhar para mais além, até aos confins de um reino que se prolonga até ao mar. Na verdade, o que eu pretendo é tentar perceber em que momento, em que locais e por que razão, ou razões, a nobreza começa a olhar para o mundo urbano com interesse, intencionalidade, ou muito simplesmente porque essa foi a sua origem.

1. Algumas sondagens prévias.

Desde já direi que me sinto hoje como o meu Mestre, em finais de 1981, quando apresentou no *Seminário de Jacques Heers*, na Sorbonne, um texto primeiro publicado em língua francesa, em 1983, e finalmente dado a conhecer em língua portuguesa, em 1985, na segunda das colectâneas publicadas por José Mattoso. O texto, intitulado "Os Nobres nas Cidades Portuguesas da Idade Média", começava, premonitoriamente para mim, com estas palavras:

[4] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *D. Dinis (1261-1325)*. 2.ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2008, pp. 107-112, 161-165 e 180-182.

> "A questão que tenciono tratar está um tanto afastada das minhas pesquisas habituais, visto que o meu domínio normal é o da nobreza rural portuguesa dos séculos XII a XIV. Temo, por isso, não conseguir responder com segurança suficiente aos problemas que dizem respeito aos nobres que vivem nas cidades."

Um pouco adiante, depois de chamar a atenção para as diferenças da distribuição geográfica do regime senhorial e da organização concelhia, acrescentava – "*Suponho, finalmente, conhecida a influência que a localização habitual da corte régia teve sobre a vida das cidades*"[5]. Colocando também como limite cronológico da sua observação o final do século XIV, lamentava, à época, a pouca produção de estudos sobre História urbana medieval portuguesa, mas olhando, porém, com alguma esperança para o futuro, tendo em conta o programa já então gizado por Oliveira Marques para o estudo das cidades medievais portuguesas, o que viria a concretizar-se em 1982 com o início do curso de mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde dirigiu um seminário dedicado àquela temática, e que tão fecundo se revelou, a começar com os estudos monográficos sobre Ponte de Lima, Guarda, Abrantes, Aveiro, Óbidos ou Tomar[6]. Caminho inovador, também trilhado por investigadores de outras universidades, que dedicaram a sua atenção a outros burgos medievais, como por exemplo Guimarães[7], permitindo, depois, ensaiar-se uma primeira tentativa de sistematização dos dados recolhidos num atlas de cidades medievais[8]. A dinâmica gerada desde então, bem como o impacto de diversas tendências historiográficas ao longo dos últimos 40 anos, transformou a História urbana num dos ramos mais trabalhos pelos investigadores, como o atestam algumas sínteses ou "estados da arte" mais recentes[9], para não falar, como é óbvio, da constante actualização

[5] MATTOSO, José – "Os Nobres nas Cidades Portuguesas da Idade Média", in *Portugal Medieval – novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 273-291 (citações da pág. 273).

[6] ANDRADE, Amélia Aguiar – "Composição social e gestão municipal: o exemplo de Ponte de Lima na Baixa Idade Média". *Ler História* 10 (1987), pp. 3-13; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte. 1990 [1986]; GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987; VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Abrantes Medieval (1300-1500)*. Abrantes, 1988; BRANCO, Maria João Violante – *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal, 1991; SILVA, Manuela Santos – *Óbidos Medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia*. Cascais: Patrimonia Historica, 1997 [1987]; CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens (séculos XIV-XV)*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996 [1988].

[7] FERREIRA, Maria da Conceição – *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal, 1989 [1987].

[8] MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar (org.) – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

[9] COSTA, Adelaide Millán da; GONÇALVES, Iria – "O espaço urbano e o espaço rural", in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. I. *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2010, pp. 24-53; ANDRADE, Amélia Aguiar, COSTA, Adelaide Millán da – "Medieval Portuguese Towns: the Difficult Affirmation of a Historiographical Topic", in MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Eds. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 283-301.

temática oferecida pelas Jornadas Internacionais de Castelo de Vide, já na sua 9ª edição.

Mas em 1981, com efeito, havia muito pouca informação devidamente tratada e disponível, pelo que o grupo das cidades escolhidas por José Mattoso foi muito restricto, limitando-se, no norte, a Guimarães, a Lamego e a Viseu, a primeira situada no coração do Norte Senhorial, e as outras na zona de transição entre aquele e o início do espaço do reino mais expressivamente concelhio; para sul, debruçou-se apenas sobre Santarém, graças ao estudo que muito pouco tempo antes Maria Ângela Beirante dedicara àquela cidade ribeirinha do Tejo[10], e que ele utilizou quase exclusivamente para o território mais meridional, não havendo qualquer referência para lá daquele rio.

Hoje sabemos mais, claro, mas eu creio que na altura também existia outra cidade de permeio, entre aquelas, que poderia ter oferecido alguns dados. Já lá iremos. Primeiro, de forma muito sintética, e começando com Guimarães, José Mattoso valorizou o facto de ter sido a sede do poder condal desde as presúrias do século IX, o que foi mantido após a criação do Condado Portucalense, recebendo mesmo foral de D. Henrique e de Dona Teresa em 1096, confirmado depois por D. Afonso Henriques em 1128, pouco antes da sua decisiva vitória em São Mamede. Por outro lado, através da análise das informações recolhidas no inquérito régio de 1258, concluiu que existiam na vila algumas casas de membros da alta nobreza, como os Sousa, Maia, Bragança ou Soverosa – às quais me atrevo a acrescentar um Riba de Vizela – as quais pertenceram a membros da cúria de D. Afonso Henriques ou D. Sancho I, datando por isso de um tempo em que Guimarães fora ou ainda manteria alguma importância como centro político, mas sem qualquer dúvida um papel expressivo como pólo urbano coordenador de um vasto espaço rural envolvente. Todavia, é importante perceber, como muito bem sublinhou José Mattoso, que as diferenças sociais que se poderiam revelar em cronologias anteriores ao inquérito, nomeadamente as isenções fiscais para os fidalgos ou burgueses livres, se esbateram, então, perante a imposição de uma igualdade tributária perante a Coroa.

Descendo agora até ao vale do Douro, surgem-nos umas breves e acertadas observações quer sobre Lamego quer sobre Viseu, ambas sedes episcopais, o que é relevante, pois terá sido um dos factores determinantes, a par da localização da cúria régia, para a classificação de um burgo como cidade nessas cronologias mais recuadas. De resto, em Lamego, bastante mais segura depois da conquista definitiva de Coimbra, em 1064, o poder do bispo e do cabido condicionaram muito a presença de nobres na cidade, quer dentro quer fora das muralhas, sendo bem conhecido o pedido para que D. Dinis mandasse arrasar uma casa de fidalgo que fora construída adossada à face exterior da muralha. A confirmar o que se dissera no início deste texto,

[10] BEIRANTE, Maria Ângela – *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1980.

esta postura, e mesmo a da proibição de os nobres poderem viver em casas alheias, só se altera com a chegada do século XV, assumindo especial relevo a presença na cidade dos Coutinhos, da casa de Marialva[11]. Quanto a Viseu, o panorama é bastante diferente, pelo facto de a cidade ter um carácter militar e estratégico importante, ao defender possíveis investidas contra o território a norte do Douro pelo interior, o que serviu como atracção para a fixação ali, quer de cavalaria vilã quer de cavaleiros de linhagem, mas igualados pelas regras do foral de 1123 quanto às prestações devidas ao concelho; o qual, por outro lado, tal como o monarca, não impediam a presença e a construção de casas aos fidalgos, quer no exterior quer no interior das muralhas. Importante, ainda, a sugestão de José Mattoso, bastante aceitável, de que as participações de nobres nas vereações municipais apenas poderão ter acontecido no século XV, mas sem um grande entusiasmo por parte daqueles, os quais, na verdade, não pretenderiam confundir-se com os membros da classe popular, ainda quando constituíssem a oligarquia municipal[12].

Rumando ao sul, vamos ao encontro de Santarém, através da já referida monografia da autoria de Maria Ângela Beirante, publicada em 1980. Muito brevemente, aproveito o destaque que José Mattoso confere a um par de aspectos que são da maior importância, e que depois vou retomar para uma parte da minha análise. Em primeiro lugar, o facto de, desde o início, após a conquista de 1147 e através dos textos foralengos, nada impedir que os nobres vivessem dentro da cidade, a partir do momento em que aceitassem as mesmas regras impostas aos cavaleiros-vilãos. Os testemunhos da sua presença ali são volumosos, muito embora, e ao contrário de Guimarães, apontem para membros da média ou pequena nobreza, detectando-se já, aqui e ali, um ou outro cavaleiro cuja classificação rigorosa quanto ao estatuto social seja um pouco difícil de fazer, dada a ténue diferença que separa o cavaleiro-vilão de um cavaleiro ou escudeiro da baixa nobreza. A viragem inicia-se, parece, a partir do momento em que D. Afonso II começa a estar em Santarém com cada vez maior frequência, o que se vai manter com os dois monarcas sucessivos, seus filhos, em particular D. Afonso III, que ali constrói um novo palácio. Esse é o segundo aspecto a valorizar, isto é, a importância da Corte Régia como pólo de forte atracção da nobreza, cuja proximidade com o Rei e a Família Real se torna um imperativo para os processos de ascensão social e política. Não se estranhará, assim, que a partir de então a presença de membros da alta nobreza em Santarém seja cada vez mais notória, destacando-se, como exemplo bem conhecido, a figura do mordomo-mor D. João de Aboim, grande proprietário na cidade e na lezíria envolvente. Esta mutação também

[11] Referido por MATTOSO, José – "Os Nobres nas Cidades...", p. 278 (a partir de COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do Bispado e Cidade de Lamego. I – Idade Média: a Mitra e o Município*. Lamego: 1977).

[12] MATTOSO, José – "Os Nobres nas Cidades...", pp. 280-281.

se reflectiu ao nível do estatuto das linhagens que aparecem à frente da alcaidaria de Santarém, passando das que teriam um estatuto inferior, ou mesmo originárias dali, para membros de famílias com mais antiguidade e importância. Creio que, depois do meu estudo sobre a nobreza do período dionisino, a proposta da existência de um nível superior do grupo aristocrático definido como "Alta e Média Nobreza de Corte"[13], fez todo o sentido, tendo em conta a evolução agora referida, o que foi aceite pela maioria dos estudiosos.

Ainda antes de apresentar as minhas considerações, algumas das quais partem ou desenvolvem aquelas que o meu Mestre aflorou, uma referência muito breve à cidade que, então e do meu ponto de vista, poderia ter acompanhado as quatro anteriormente mencionadas e cujo nome deixei em suspenso. Refiro-me a Coimbra, uma vez que a documentação já então publicada permitia algumas palavras sobre a aristocracia ali presente. Diferente da anterior, por certo, mas que nos mereceria um pouco mais de atenção, dada a sua importância na história da cidade e nos núcleos urbanos do seu entorno, o que já então o *Livro Preto da Sé de Coimbra*[14] revelava, para além das doações feitas por D. Afonso Henriques a membros destacados da elite urbana coimbrã, aquando da sua transferência do centro político do condado de Guimarães para junto do Mondego. Mais tarde, com efeito, graças à investigação de Leontina Ventura e à erudita introdução que nos ofereceu aquando da edição do *Livro Santo de Santa Cruz*[15], as linhagens moçárabes ali identificadas e reconstituídas revelaram um conjunto de famílias com características muito especiais, mas que não podemos deixar de incluir no grupo da nobreza. Algumas delas ainda eram recordadas mais de dois séculos depois da reconquista definitiva de Coimbra, e por isso mais à frente regressarei a este tema.

2. Do *Norte Senhorial* para o Centro e Sul Concelhios.

Como alguns dos presentes sabem, tenho dedicado muita da minha investigação dos últimos 15/20 anos à tentativa de definir com rigor qual a verdadeira escala do grupo aristocrático e do poder senhorial laico em Portugal, no quadro do processo de reforço do poder régio, entre o século XIII e os meados do século XIV. Muitas

[13] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325).* Vol. II. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999, pp. 537-541.

[14] Na altura, o *Livro Preto da Sé de Coimbra* estava quase totalmente editado, com leituras de diversas docentes da Faculdade de Letras de Coimbra – Maria Helena da Cruz Coelho, Rosa Marreiros, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso –, sob a coordenação de Avelino de Jesus da Costa (3 vols., Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1977-1979). A mesma fonte foi mais tarde reeditada com novas leituras e introdução e com excelentes índices – *LIVRO Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Ed. Avelino de Jesus da Costa e Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

[15] *LIVRO Santo de Santa Cruz*. Ed Leontina Ventura e Ana Leal de Faria. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra/INIC, 1990.

das conclusões a que tenho chegado foram acompanhadas por um grande apoio da cartografia, a qual, em diversos casos, me permitiu definir, sublinhar e evidenciar determinadas realidades, uma das quais foi a do conceito de *Norte Senhorial*. É verdade que se deve a José Mattoso a sua primeira referência e definição, mas na altura os elementos de que dispunha não lhe permitiram compreender com rigor a sua verdadeira dimensão, muito embora tenha referido que o regime senhorial se implantou depois mais para sul[16], mas sobretudo através das Ordens Militares, acrescentaria eu. Isso mesmo pude fazer depois da edição das *Inquirições Gerais de 1288* e das *Sentenças de 1290*[17], as quais proporcionam um quadro muito mais preciso quanto à extensão do regime senhorial laico em finais do século XIII[18], ao qual depois acrescentei o eclesiástico, num estudo recentemente publicado[19].

Quanto à dimensão do *Norte Senhorial*, no qual aqueles dois regimes melhor se vão enquadrar, fora inicialmente definido pelo meu Mestre como um espaço que se estendia, de norte para sul, a partir do rio Minho até à fronteira entre os bispados do Porto e de Coimbra, isto é, pelo rio Antuã, e da costa para o interior até aos contrafortes das serras do Marão e de Montemuro, a norte e sul da bacia do Douro, respectivamente. Depois, tive a oportunidade de o prolongar mais para sul, até ao vale do rio Vouga, e para oriente até aos vales dos rios Corgo e Varosa, englobando também, assim, áreas fortemente senhorializadas em torno de Viseu ou de São Pedro do Sul no alto Vouga. Será esse o espaço que funciona como cenário principal dos mapas que me permito agora apresentar e comentar muito sumariamente, até porque acredito que eles irão facilitar a exposição posterior.

Começarei com dois mapas, ambos articulados e sequenciais, mas que me permitem perceber, em duas fases, como se processou a ocupação e organização do território, desde a criação do Condado Portucalense até ao final do reinado de D. Dinis: o primeiro, abarca o período condal e estende-se até ao final do reinado de D. Sancho I (1096-1211), enquanto o segundo, cobre o período seguinte, entre os

[16] MATTOSO, José – *Identificação de um País. Oposição*, In MATTOSO, José – *Obras Completas*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 59, 69-70 e 75-77.

[17] *INQUIRIÇÕES Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*. Ed. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, in *Portvgaliae Monvmenta Historica. Nova Série*. Vol. IV, Tomos 1 e 2 – *Inqvisitiones* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012-2015.

[18] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "A Propriedade Senhorial nas Inquirições dos Finais do Século XIII (1.ª Parte). Coutos e Honras, Quintãs, Paços e Torres no Entre Minho e Ave", In *3.º Congresso Internacional – Casa Nobre. Um Património para o Futuro (Arcos de Valdevez, 2-4 de Dezembro de 2011). Actas*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2013, pp. 86-108; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "A Propriedade Senhorial nas Inquirições dos Finais do Século XIII. Coutos e Honras, Quintãs, Paços e Torres (2.ª parte). Douro Litoral, Trás-os-Montes/Alto Douro e Beiras", In *4.º Congresso Internacional – Casa Nobre. Um Património para o Futuro. Actas (27 a 29 de Novembro de 2014)*. Tomo I – *Memória Histórica. Arquivos e Documentação Familiar*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2017, pp. 54-77.

[19] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "A Aristocracia e a Expansão do Românico (Séculos XI-XIII)", in BARROCA, Mário Jorge, BOTELHO, Maria Leonor & ROSAS, Lúcia (coord.) – *Enciclopédia del Românico. Portugal*. Aguilar de Campoo: Centro de Estudios del Arte Románico/Fundación de Santa María la Real, 2023, pp. 25-39.

reinados de D. Afonso II e o do seu neto D. Dinis (1211-1325).

Serei breve na síntese sobre a evolução representada nesses dois mapas, quer quanto ao povoamento quer quanto à senhorialização, advertindo, porém que, quanto a este segundo aspecto, apenas se regista a implantação das Ordens Militares.

No primeiro (**Fig. 1**), que sublinha a estabilização da linha da fronteira no vale do rio Tejo, destacam-se sobretudo duas realidades: por um lado, o papel preponderante da Ordem do Templo, tanto na defesa a sul de Coimbra como dos vales dos rios Douro e Tejo, quer para sul, frente aos mouros, quer para oriente, face aos territórios leoneses; e, por outro, a escassa implantação concelhia no interior do já referido *Norte Senhorial*, concentrando-se sobretudo, e por ordem cronológica, primeiro (1096-1185) em diagonal entre os vales do Douro e do Mondego, reforçando o povoamento em torno a Coimbra e aproximando-se da Estremadura após a chegada ao Tejo (1147), e depois (1185-1211), no curso médio do Douro e ainda timidamente em Trás-os-Montes e no Alentejo, aqui com o destaque para Évora, único núcleo que sobreviveu às demolidoras campanhas almóadas de 1190-1191.

No segundo (**Fig. 2**), a meu ver, fica patente a dinâmica que decorre da derrota dos Almóadas nas Navas de Tolosa, em 1212, reflectindo-se no avanço posterior, e quase imparável desde a tomada de Alcácer do Sal, em 1217, até à reconquista definitiva do Algarve, em 1249. Como não podia deixar de ser, os novos territórios vão merecer a atenção dos vários monarcas, primeiro (1211-1279), com a criação de numerosos concelhos na Beira Baixa, no Alentejo e no Algarve, para além do reforço da fronteira do rio Minho, e depois (1279-1325), com uma especial atenção para Trás-os-Montes e Alto Douro, procurando-se o reforço da linha de fronteira, definitivamente estabilizada desde Alcañices (1297). Por outro lado, e sem perder de vista que as Ordens Militares foram actores privilegiados nas acções de reconquista desde Alcácer, a sua implantação revela um peso incontornável para sul do Tejo, com especial relevo para as ordens de Santiago e de Avis, alguma estagnação do Templo, e uma razoável disseminação do Hospital no Norte e no centro do Reino. Já tive a oportunidade de desenvolver todos estes aspectos ao longo dos anos, através de uma série de diferentes perspectivas de análise à escala do poder senhorial, em face do crescente aumento do poder régio[20].

[20] Já tive a oportunidade de o fazer a partir de diferentes abordagens, para as quais me atrevo a dirigir o leitor mais ávido por detalhes: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "Conquistar e Controlar: o domínio da fronteira como expressão do poder régio em Portugal (séculos XI-XIII)", in Francisco García Fitz, e Juan Francisco Jiménez Alcázar (eds.) – *La historia peninsular en los espacios de frontera: las "Extremaduras históricas" y la "Transierra" (siglos XI-XV).* Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2012, pp. 47--71; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?", In *Discurso, memoria y representación. La Nobleza Peninsular en la Baja Edad Media (Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarra. 21 al 24 de julio de 2015).* Pamplona: Gobierno de Navarra, 2016, pp. 141-176; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "Entre o Condado e o Reino. Reflexões em Torno do Poder Aristocrático (Séculos XI-XII)", in AMARAL, Luís Carlos (coord.) –*Um Poder Entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense*. Porto:

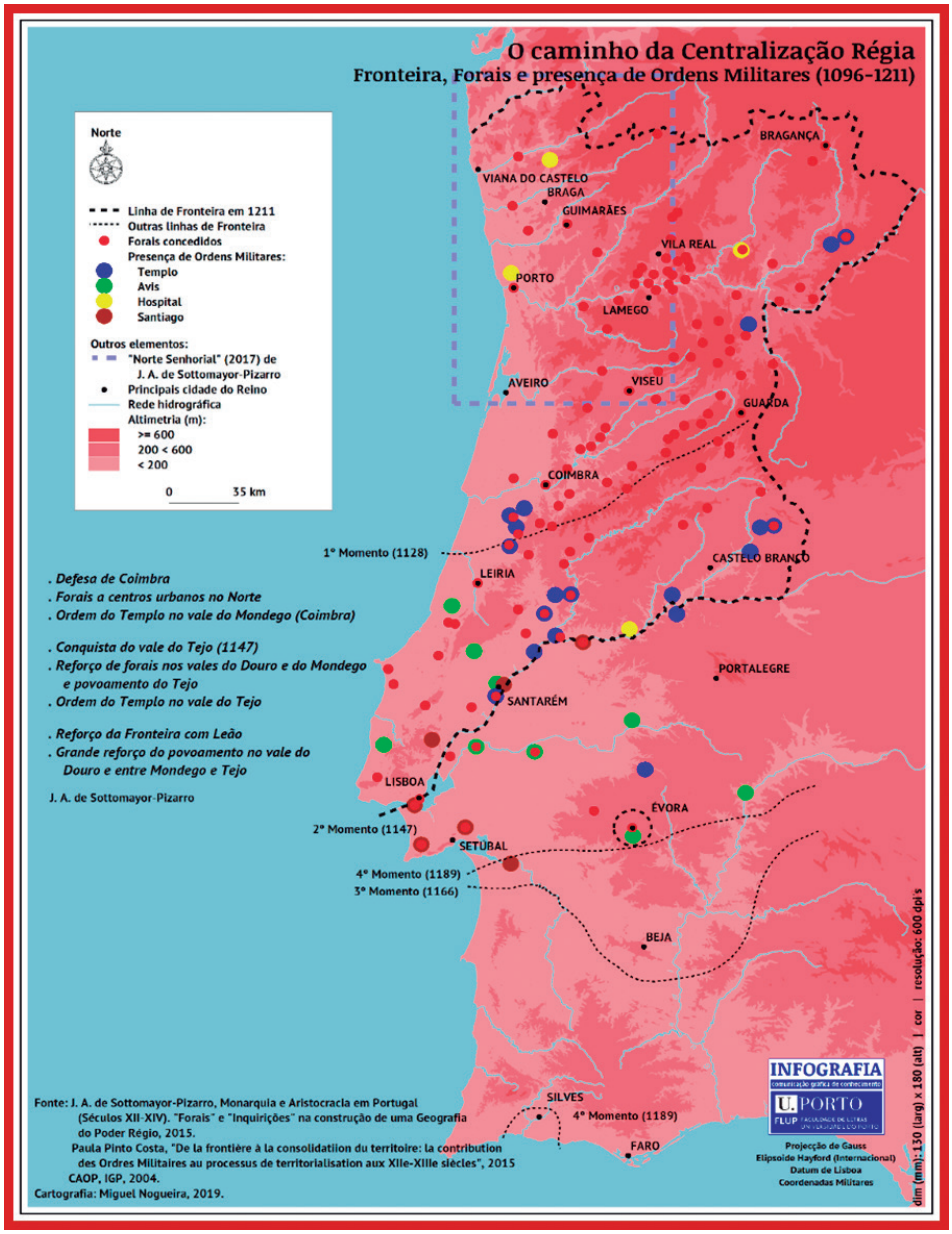


Fig. 1 – Fronteira, Forais e Ordens Militares (1096-1211).

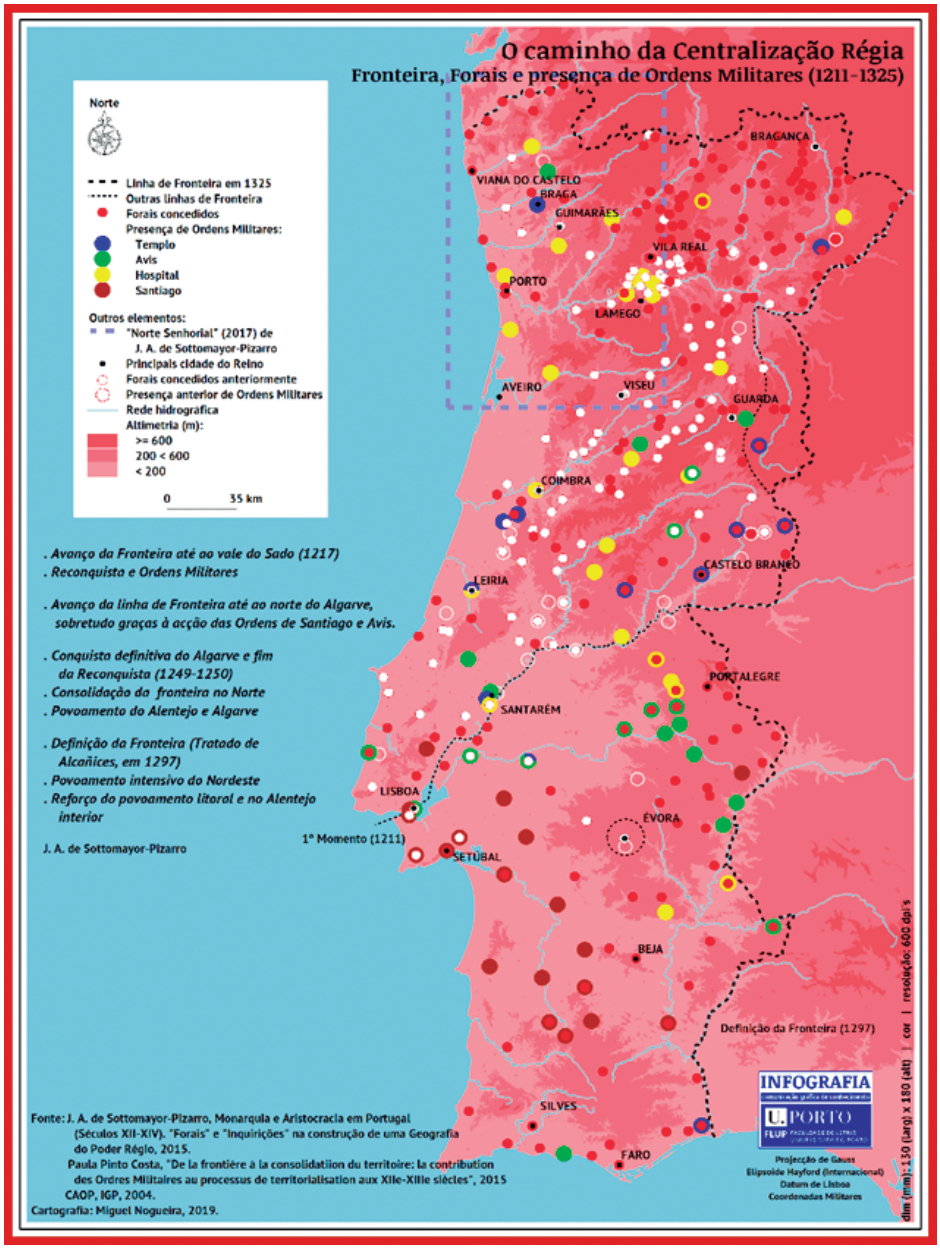


Fig. 2 – Fronteira, Forais e Ordens Militares (1211-1325).

Mas, como conclusão prévia, e em face dos espaços gradualmente organizados até meados do século XIV, em torno de uma densa malha concelhia e de comendas monástico-militares, percebe-se que as linhagens do *Norte Senhorial* poderiam avançar para Sul, claro, mas a espaços...

3. A Nobreza nas Cidades – processos de implantação.

Depois de sabermos, através dos centros urbanos já referidos, que a presença de nobres nas cidades ao longo do século XII é muito irregular, podemos ainda assim completar um pouco mais aquele quadro, acrescentando aqueles outros que poderiam ter conhecido a presença de nobres dentro dos seus muros. No Entre-Douro-e-Minho, e para além de Guimarães, de Braga e do Porto, é difícil encontrar outros núcleos que tivessem a dimensão de cidades, mas acredito que vilas como Ponte de Lima ou Barcelos pudessem contar com a presença de casas de cavaleiros de linhagem, associados às famílias mais poderosas das respectivas regiões envolventes; região densamente senhorializada por um número impressionante de honras e quintãs, bem como de senhorios monásticos, com os quais, de resto, aquelas linhagens estavam particularmente relacionadas, como acabámos de ver. Creio mesmo que, antes de avançar para outras regiões, vale a pena ver de que forma o Norte Senhorial não se materializava apenas com a presença da nobreza, mas também através de uma densa rede de senhorios monásticos, aos quais o grupo aristocrático estava muito ligado, fosse pela fundação de muitos desses cenóbios ou pela sua protecção. Talvez que o mapa que seguinte (**Fig. 3**), que cartografa as instituições monásticas a partir de 1080, ou seja, sensivelmente como fruto da chamada Reforma Gregoriana, no seio da Igreja Católica, até ao final do século XII, período de grande vigor monástico, com uma destacada expansão dos Beneditinos e dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, bem ainda como, depois, dos Cistercienses.

Para Trás-os-Montes, onde a hegemonia dos Braganções foi quase absoluta, pode-se apenas admitir que Chaves e Bragança vivessem a mesma realidade já referida. Por outro lado, não esqueçamos a figura dos governadores militares de cada uma das grandes circunscrições territoriais, as tenências, que poderiam ter alguma casa de morada nas sedes das mesmas, para uso próprio ou para os alcaides que ali os representavam.

Cabido Portucalense-Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2017, pp. 305-324; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "Monarquia e Aristocracia em Portugal (Séculos XII-XIV). «Forais» e «Inquirições» na construção de uma Geografia do Poder Régio", in ARIAS GUILLÉN, Fernando, e MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (eds.) – *Los Espacios del Rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018, pp. 133-183; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "Da Cooperação ao Conflito. Poder Régio versus Poder Senhorial em Portugal através das Inquirições Gerais dos Séculos XIII e XIV", in MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel, e CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria (coords.) – *Poderes y Poderes en la Edad Media*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2021, pp. 429-460.

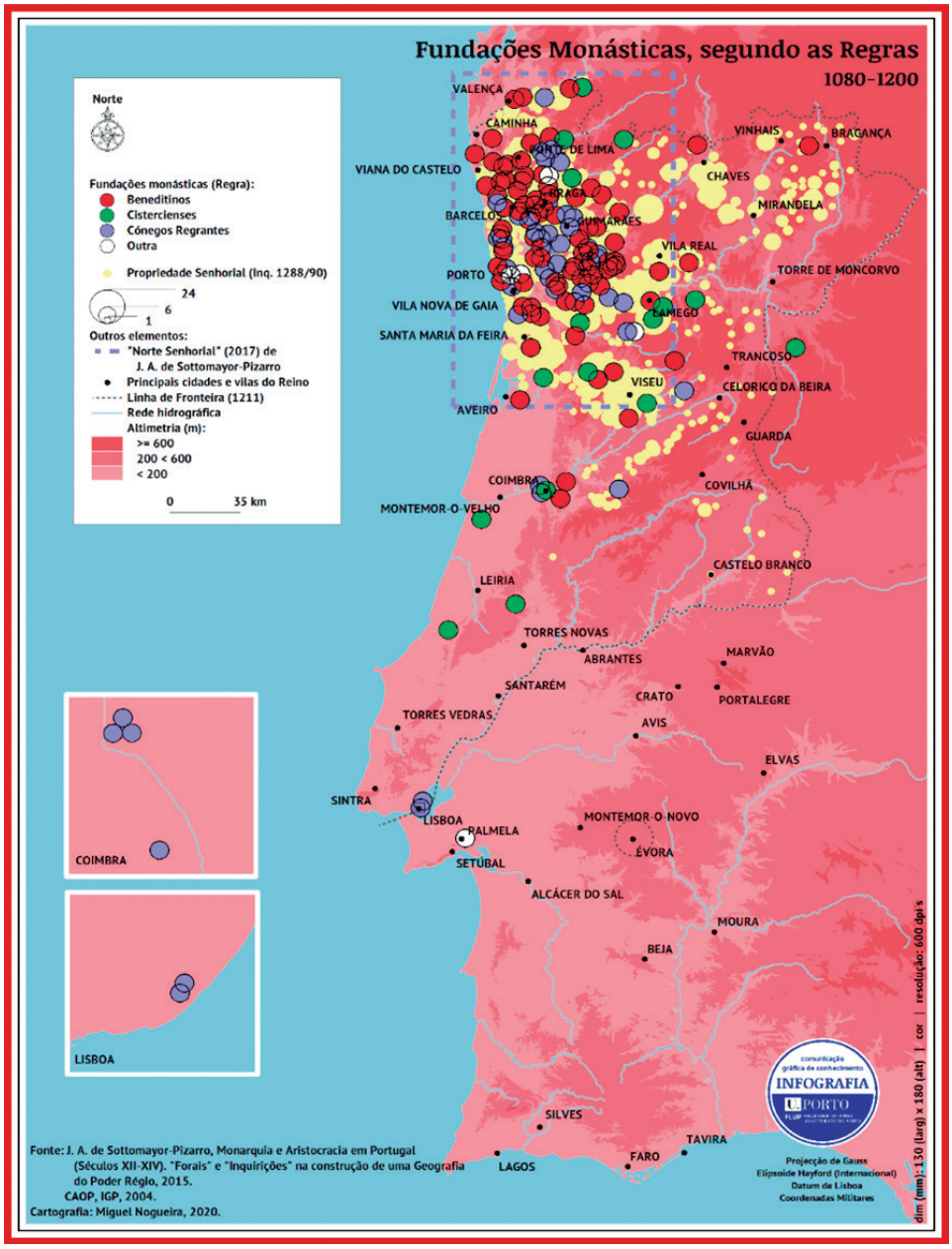


Fig. 3 – Fundações Monásticas (1080-1200).

Depois, e do Douro até ao Tejo, para além das já referidas cidades de Lamego, Viseu, Coimbra e Santarém, restar-nos-iam a Guarda e Lisboa como sedes episcopais, mas Rita Costa Gomes refere com claridade que, à-parte o já mencionado *tenens* e os alcaides, só a partir do final do século XIII se pode detectar a presença continuada da nobreza na Guarda; e, quanto a Lisboa, a semelhança deveria ser grande com Coimbra no que respeita às famílias moçárabes, e a nobreza ainda estaria muito longe para lhe prestar qualquer tipo de interesse, salvo os casos, claro, dos já mencionados alcaides. E quanto a vilas, para concluir, pouco se poderia dizer sobre Leiria ou Torres Vedras e Sintra, havia pouco reconquistadas ou repovoadas, para não falar dos centros distribuídos ao longo do vale do Tejo até à fronteira leonesa, quase todos controlados pela Ordem do Templo. A sul do Tejo, ainda é cedo para falar, mas acredito que em Évora se forjaria uma muito coesa elite militar de cavalaria-vilã, ali isolada durante várias décadas, e que por certo poderia aspirar a uma merecida ascensão social, para não falar, a seu tempo, da sua muito possível absorção pela Ordem de Avis[21].

Vejamos agora a centúria seguinte, através das informações recolhidas nas *Inquirições Gerais* realizadas em 1220, 1258 e 1288 por iniciativa, respectivamente, de D. Afonso II, de D. Afonso III e de D. Dinis, sabendo de antemão que o âmbito político e geográfico foi variando. Quanto ao primeiro, que em breve será reeditado, abrangeu a metade ocidental da arquidiocese bracarense, bem como certas regiões entre os rios Ave e Douro, e mesmo para sul deste rio, e o seu objectivo principal era o de apurar os bens, direitos e foros da Coroa naqueles espaços, para além de nos oferecer, a título complementar, um retrato genérico da propriedade eclesiástica. Para o nosso objectivo, porém, não nos oferece qualquer elemento, tendo em conta o seu propósito principal.

Nessa primeira metade de Duzentos, porém, a Reconquista avançaria até à sua conclusão, com a queda do Algarve em 1249-1250, e esse acontecimento não poderia deixar de ter consequências para a temática que aqui nos importa analisar. Mas, de momento, recuperemos a ideia de uma Corte mais estabilizada em Santarém, do desenvolvimento, não de cidades por certo, mas de algumas vilas pujantes de dinâmica económica e social, afastado que fora o inimigo muçulmano. Estariam nessas circunstâncias vários núcleos espalhados ao longo do vale do Tejo, desde Abrantes até Sintra ou de Montemor-o-Novo até Palmela, Alcácer ou Setúbal, sem contar, claro, mais para sul, com Évora, Silves ou Faro. Lá chegaremos.

O que o inquérito de 1258 nos oferece já é um pouco mais significativo, muito embora a escala dos centros urbanos ainda o não seja. Seguindo a sequência proposta pelas várias alçadas daquele inquérito, a 1ª situa-nos entre os rios Minho

[21] Sobre a íntima relação entre cavalaria-vilã e ordens militares, veja-se o excelente estudo de OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: as Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009.

e Cávado. Ali, procurei notícias sobre Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha, Cerveira, Valença e Melgaço. Destas vilas apenas se podem colher algumas, parcas, informações: em Caminha, em cuja região se detectam vários membros da linhagem dos Velhos, há a assinalar o dado curioso de Paio Gomes Bugalho, pai de uma figura bem conhecida do último quartel do século XIII e também envolvido em várias inquirições, Rui Pais Bugalho, que honrara metade do monte onde se localizava o castelo da vila, então detido pelos filhos; em Valença, curiosamente, Martim Peres da Maia, filho do bem conhecido Alferes de D. Afonso Henriques, tinha a terra quando D. Afonso III coutou Contrasta, depois chamada Valença; e, finalmente, nas testemunhas ouvidas a propósito da vila e couto de Melgaço, regista-se um Aires Peres, *miles*, a par de Pero Moniz, alcaide e, sendo uma área de influência dos de Valadares, ali se recordavam as actividades de D. Soeiro Aires, como *tenens*, no tempo de D. Afonso Henriques.

Da 2ª alçada, que abrangeu o território situado entre a margem esquerda do rio Ave e as margens direita do rio Douro e do rio Tâmega pouco se retira também, com destaque para a presença significativa da Ordem do Hospital nas vilas da Maia e de Amarante, as únicas referidas como tal, para além de Guimarães, cujas informações José Mattoso utilizou. A 3ª alçada, particularmente complexa, estendeu-se desde os contrafortes setentrionais do maciço central, com Seia e Gouveia, subindo depois pelos bispados de Viseu e Lamego até à margem esquerda do Douro; é quase certo que a região mais litoral a sul do Porto também terá sido objecto do inquérito, mas infelizmente esses textos não chegaram até nós. Seja como for, e com as informações já oferecidas para Lamego, Viseu e Guarda, também não existiam mais núcleos urbanos significativos a sul do Porto, tirando Coimbra, claro, e também já mencionada. A 4ª alçada, bastante extensa, pois cobriu uma grande parte das terras transmontanas a partir do vale médio do Tâmega e do Douro para nascente, oferece alguns dados, é verdade, mas de uma constrangedora monotonia, perdoem-me a expressão, uma vez que o domínio dessas terras pelos Bragançones não deixava nenhuma abertura para a referência a outras famílias. Muito embora, se nos cingirmos à proximidade da margem esquerda do Tâmega, ainda poderemos encontrar os de Riba Douro, sendo que D. Afonso Henriques coutou Canaveses e Fornos a D. Egas Moniz; em Mesão Frio, D. Sancho I mandou queimar as casas de Dona Teresa, mãe de D. Ponço Afonso de Baião, pois a vila era reguenga; e em Panóias, concretamente em Constantim, apurou-se que Sousas, Aguiares e Maias povoavam a terra, pelo que se admite que vassalos seus tivesses casas em algumas pequenas vilas do entorno. Para leste, Mirandela, Ulgoso e mesmo Bragança, onde se registam as casas de morada de alguns cavaleiros locais, eram inteiramente dominadas por D. Nuno Martins de Chacim, chefe da linhagem dos Bragançones. Já em Vinhais, mais próximo da fronteira galega, o domínio era partilhado entre o Chacim e Fernão Anes de Lima.

Finalmente, a 5ª alçada, com uma área situada entre os rios Cávado e Ave, e Barroso e Chaves, envolvendo o Tâmega, começa pela costa atlântica na foz do Ave, subindo depois ao longo da sua margem direita até encontrar as vertentes sul do Gerês e dali para o Tâmega. Que núcleos urbanos significativos poderíamos esperar encontrar? Pode-se referir Vila do Conde, com inquestionável importância económica, que fora doado por D. Sancho I à célebre *Ribeirinha*, e que em 1258 estava na posse dos seus netos, pelo que por certo ali haveria casas de morada suas ou de cavaleiros seus vassalos. Depois, porém, subindo o curso do Ave nada encontramos, excepto coutos monásticos, com a profusão já esperada, coutos que em alguns casos originaram depois vilas com algum significado, mas onde a ausência de nobres é notória. E, nem mesmo nas cabeças das terras inquiridas eles assomam. Teremos de esperar por chegar a Chaves, já no final do inquérito, para encontrar menções expressas a cavaleiros dentro da vila, a par de membros de famílias conhecidas, como os Cogominho, numa vila que então se regia pelos foros de Zamora, o que atestava sem qualquer dúvida a influência que desde o tempo do Imperador Afonso VI ali exerciam os Bragançones[22].

Restam-nos as *Inquirições Gerais de 1288*, bem como as respectivas *Sentenças de 1290*, para aferir talvez um pouco melhor o nível da propriedade urbana da nobreza, atendendo ao facto de elas terem tido por escopo principal o levantamento da propriedade nobre, e numa área muito mais vasta do que qualquer outro inquérito anterior.

4. A Propriedade Nobre em 1288-1290.

Antes de avançar com algumas conclusões, as quais serão bastante breves, talvez seja melhor olhar para a sua cartografia (**Fig. 4**), o que desde logo nos vai permitir definir bem o espaço geográfico da expansão senhorial laica, em finais do século XIII. O território que se estende a partir do rio Minho até ao rio Vouga é uma quase ininterrupta mancha de senhorios, ao qual deveríamos acrescentar a mancha de senhorios monásticos, para além dos coutos das Sés do Porto, de Braga e de Tuy, para não falar de um par mais de Santiago de Compostela. Para lá dos limites do Norte Senhorial – creio que a mancha senhorial entre Viseu e São Pedro do Sul justifica bem o alargamento para sul que propus –, para nascente verifica-se uma tímida expressão no Norte transmontano, enquanto que para sul, só no entorno coimbrão se registam alguns senhorios, a par das comendas templárias junto ao rio Tejo, no sudeste do distrito de Castelo Branco.

[22] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "O Regime Senhorial na Fronteira do Nordeste Português – Alto Douro e Riba-Côa (Séculos XI-XIII)". *Hispânia. Revista Española de Historia* LXVII, nº 227 (septiembre-diciembre 2007), pp. 849-880; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "A Aristocracia no Território de Bragança", in SOUSA, Fernando de (Coord.) – *Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820*, Vol. I. Bragança: Município de Bragança, 2019, pp. 191-223.

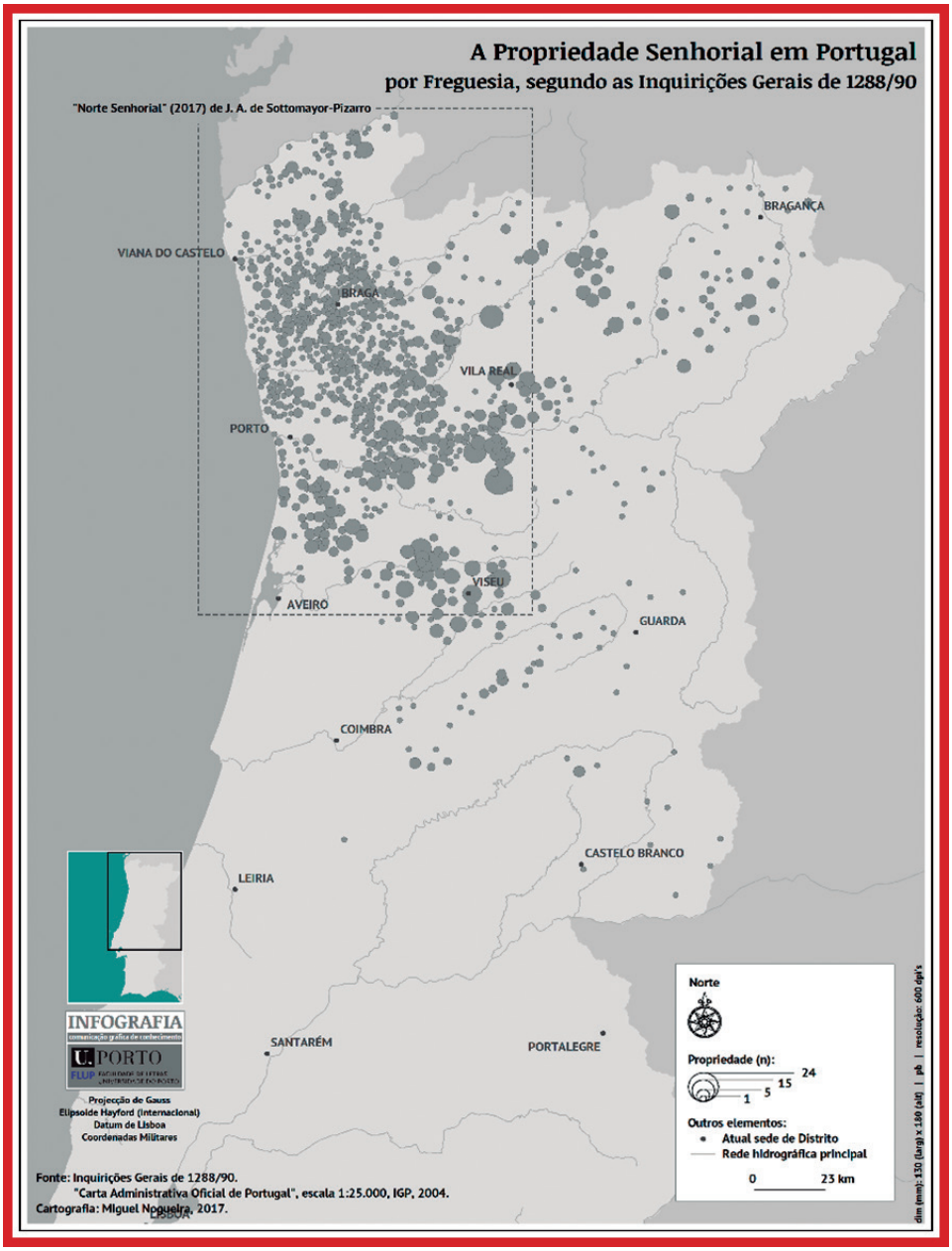


Fig. 4 – Propriedade Senhorial Laica (1288-1290).

Com este quadro de distribuição, como é fácil de entender, o número de centros urbanos não aumentou de forma muito evidente com o alargamento da extensão do inquérito; como também acredito que durante os 30 anos que medeiam os dois inquéritos não se terá registado, nesta região, um aumento muito substancial da escala urbana. Suponho que, a exemplo do Porto e de outros centros costeiros até à foz do Minho, será a evolução ao longo de *Trezentos* que começará a fazer as diferenças.

Ainda assim, tentei recolher informações a propósito de algumas sedes de julgado, e em várias delas encontramos bens da nobreza, mas eu diria que a maioria eram bens reguengos sonegados ou fruto de amádigos, prática particularmente expressiva a norte do rio Cávado. Todavia, interrogo-me sobre como seria, em finais do século XIII, a escala, a demografia, enfim, a expressão urbana de Paredes de Coura e de Monção, ou mesmo de Valença, de Cerveira ou de Caminha? É verdade que os inquiridores raramente se interessam pelo centro urbano ou utilizam o termo "vila", o que poderá ser significativo, mas isso acontece com Ponte de Lima, por certo com alguma expressão nessa data, e cujo centro urbano não foi inquirido; haverá, portanto, que relativizar. Por outro lado, freguesias que sabemos serem a sede dos julgados foram inquiridas como se fossem umas mais de entre tantas outras marcadamente rurais. A voz aos especialistas!

Mas alguns casos se podem apurar: assim, sobre Barcelos nada se diz, mas sobre o núcleo do outro lado do Cávado, Barcelinhos, sim, a propósito de uma honra ali feita abusivamente pelos da Maia em tempos de D. Afonso II, e que os descendentes mantiveram; a vila de Amares era honra dos de Vasconcelos, por escambo com o Hospital; mais importantes são os dados avançados sobre a *civitatis Bracarensis*, onde claramente os bens honrados eram as casas dos cónegos e da Ordem do Templo, e um par mais por privilégio arcebispal – o que não exclui a eventual existência de casas de morada de alguns membros da nobreza, mas sem o estatuto de isenção; já a vila de Faria era toda honrada, a partir de uma única casa de um fidalgo; quanto a Vila Nova de Famalicão nada se assinalou, ao contrário de Guimarães, onde a maior parte das casas referidas eram de burgueses ou de membros da governança municipal e foram dadas como devassas. Para mim, ainda mais significativo, é o facto de que aquelas casas da alta nobreza, referidas por José Mattoso a propósito do inquérito de 1258, foram doadas pelo conde D. Gonçalo Garcia de Sousa – "*Item o logar que chamam Paaço hu mora Martim Gonçalves forom casas dos Condes e de don Meendo e de don Joham Rodriguiz e deu o conde o que hi avya aos Frades Pregadores e levaram ende a pedra e venderom o campo (…)*"[23], significando assim, que os olhos da alta nobreza se tinham focado em paragens mais meridionais para construírem os seus

[23] *INQUIRIÇÕES Gerais…*, vol. IV-1, p. 628.

paços urbanos. Mas, até agora, o que é impressionante, como já antes se avançara e a cartografia demonstrou, é o número de coutos monásticos ou catedralícios que se espalham por todo o território de forma quase estonteante, e que assentariam em centros já com alguma expressão, como seriam, por exemplo, Santo Tirso de Riba d'Ave ou a Maia, cujo julgado, de resto, tinha um domínio vastíssimo da Ordem do Hospital, irradiando a partir de Leça do Bailio[24].

Aproximando-nos mais do Douro, ainda com o mesmo inquérito dionisino, ou espraiando a nossa pesquisa mais para sul ou para o interior transmontano e beirão, o panorama não muda muito. Ao longo do vale do Sousa ou do mesmo Douro em direcção ao Tâmega nada encontramos de relevante, com bens senhoriais laicos nas sedes dos vários julgados, mas o que seriam Lousada, Felgueiras, Celorico de Basto ou Mesão Frio, algumas delas, mesmo, também centros de terras dominadas por algumas linhagens havia séculos, como Baião?

Passando o Marão, é preciso ter consciência que muito do território transmontano estava então em pleno processo de povoamento, como o atestam as múltiplas cartas de foral concedidas por D. Dinis, e na altura própria se sublinhou, e que os inquiridores referem amiúde ao longo do seu périplo – as regiões de Mirandela ou de Lamas de Orelhão, por exemplo, nem freguesias tinham, mas sim meras aldeias. Mesmo em Panóias, a propósito de Constantim, o centro urbano que antecede Vila Real, cidade fundada agora por D. Dinis aliás, e que recebera foral dos condes D. Henrique e Dona Teresa, diz-se que "*a casa de Dona Beringueyra* [Aires de Gosende] *que foy do seu linhagem do pobramento da villa de Costantin e o logar do Outeyro que he do Spital tragen'os por onrra (…)*"[25]. Mas, talvez pela diminuição da pressão senhorial com a decadência dos Braganções, o que também permitira ao monarca avançar com a concessão de tantos forais, a verdade é que os centros dos julgados parecem estar mais imunes à entrada da nobreza, como acontece em Vila Pouca de Aguiar, Barroso, Montalegre ou Chaves. O julgado de Bragança, extensíssimo, não nos dá muitos elementos, mas percebe-se a emergência de algumas linhagens locais da pequena nobreza regional que irão mais tarde afirmar-se. Mas não se detectou qualquer propriedade da nobreza em Vila Flor, Moncorvo ou Freixo-de-Espada-à-Cinta.

Para lá do Douro, finalmente, e depois de os inquiridores varrerem todos os julgados do litoral até ao Vouga, nada se pode referir com alguma relevância, mas os núcleos porventura mais importantes, como Gaia ou Feira não se inquiriram, o que poderá significar a ausência de bens da nobreza, a qual só reaparece quando regressamos a Lamego, e ali, quer na freguesia da Sé quer em Almacave, que também integrava o burgo – referimo-nos, porém, a quintãs ou casais honrados, mas não

[24] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – *Aristocracia e Mosteiros na «Rota do Românico». A Senhorialização dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro (Séculos XI a XIII)*. Lousada: Rota do Românico, 2014.

[25] *INQUIRIÇÕES Gerais…*, vol. IV-2, p. 181.

a casas. Em Viseu, por outro lado, nada se diz quanto a nobreza dentro do burgo, valorizando-se mais a expansão do poder episcopal por toda a vila, mesmo para fora do "couto velho". Toda a região envolvente de Viseu, quer para poente, como Vouzela, São Pedro do Sul ou Castro Daire, como para nascente, como Penedono, Marialva ou Trancoso estava bastante senhorializada, aquela sobretudo com quintãs e honras da nobreza, esta acusando mais a influência de algumas instituições eclesiásticas como Tarouca, Salzedas ou São Pedro das Águias, ou ainda a Ordem do Templo.

Internando-nos mais na Beira, em direcção à Serra da Estrela ou mesmo até ao Tejo, encontraremos duas realidades distintas: a primeira, e que Rita Costa Gomes aflorou no seu trabalho sobre a Guarda, é a da presença da nobreza nessa área com alguns bens, por vezes volumosos, mas sem mostrar grande apetência por uma fixação urbana. Recordo, aliás, que nessa região vamos assistir ao aparecimento de "novas" linhagens, como os Tavares ou os Almeidas, ou a criação do importante senhorio de Melo, que dará o nome a um ramo bastardo dos Riba de Vizela com larguíssimo e auspicioso futuro. E, o que aquela Autora refere para a Guarda, poderia ser apontado para a Covilhã, Linhares ou Seia.; a segunda realidade, junto ao Tejo, é a presença e domínio absoluto do que será hoje a parte sul do distrito de Castelo Branco por parte da Ordem do Templo, com um número assinalável de honras [comendas]. E a presença das Ordens Militares torna-se cada vez mais constante conforme nos adentramos por essa região, inflectindo agora em direcção à região coimbrã, não se estranhando que, entretanto, já se note a presença tentacular da Sé de Coimbra, e em especial do Mosteiro de Santa Cruz, senhor, por exemplo, de toda a vila de Seia.

Mas é em Coimbra, mais concretamente no seu entorno meridional, que vou terminar este périplo de finais do século XIII. Refiro-me à região para leste da cidade, quer para Tábua ou Penacova, ou um pouco para sudeste e sul, onde se destacam Arganil, Góis, Miranda do Corvo ou Penela. Apenas dois exemplos: o primeiro chega-nos de Tábua, que constituiu um dos principais senhorios da linhagem dos Cunha – Paio Guterres da Cunha, que foi companheiro de armas de D. Afonso Henriques e que está documentado entre 1130 e 1143, poderá ter sido alcaide de Leiria, mas é certo que casou duas vezes, e em ambas a sua escolha recaiu na aliança com famílias moçárabes – Mor Randulfes e Urraca Rabaldes – e o seu filho, Fernão Pais, ao casar com Mor Uzbertiz, também moçárabe, recebe por dote o senhorio de Tábua[26]; o outro exemplo é o do senhorio de Góis, em 1288 na posse de Vasco Peres Farinha e dos seus parentes, porque, como os inquiridores apuraram, "*Gooes foy pobrada de longo tempo e que foy doaçom que derom os Reys a dom Anaya Crestariz e que a pobrarom e vheo vindo per seu linhagem*"[27]. Ou seja, e em conclusão, na região coimbrã, tal como eu referi no início, foi muito importante a acção da nobreza moçárabe, não só no povoamento e criação de

[26] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – *Linhagens Medievais*…. Vol. II, pp. 347 e 377-379.
[27] *INQUIRIÇÕES Gerais* …, vol. IV-2, p. 692.

senhorios no entorno de Coimbra, como acabámos de ver, mas seguramente na posse de propriedade urbana, como poderá também ter acontecido em Pombal ou Leiria[28].

Seja como for, e com esta aproximação ao Mondego, creio que todos temos consciência de que a área de regime senhorial que interessava apurar, na óptica de um poder régio em afirmação, estava claramente mais para norte daquele rio; e, os senhorios que D. Afonso III criara a sul do Tejo foram todos recuperados no reinado de D. Dinis, como já se apontou. E a realidade não se alteraria muito na centúria seguinte, devo dizer, apenas com um par de excepções.

5. Propriedade Senhorial (Séculos XIII e XIV).

Passando, antes de concluir, por uma série de informações recolhidas em outro tipo de fontes documentais, utilizadas com abundância aquando do meu estudo sobre a nobreza do período dionisino, e que se prolongou mais ou menos até 1350, e depois dos vários estudos que dediquei à escala do grupo aristocrático português, creio que, antes das considerações finais, não posso deixar de sublinhar a importância – e negativa ou positiva, já o dirão os especialistas –, que teve no desenvolvimento da rede urbana portuguesa medieval a ausência da nobreza na maior parte delas, devido ao afastamento daquela do projecto expansionista do primeiro monarca, não em direcção à Galiza, como terão pretendido os apoiantes do jovem príncipe em São Mamede, mas para sul, contra os mouros. Quando, mais tarde, pretendeu expandir-se para sul, o território, para lá dos limites do Norte Senhorial, onde a nobreza e as instituições monásticas e episcopais representavam o poder de forma quase incontestada, estava coberto por concelhos, reguengos e os domínios mais importantes das Ordens Militares.

Por isso, o avanço foi tão ténue e espaçado. É verdade que encontrei nobres nas cidades, mas, acrescente-se, em particular naquelas mais ligadas à presença da corte régia. Ou seja, depois de um afastamento inicial, aqui ou ali quebrado por casos excepcionais, a mais das vezes, porventura, pelo exercício de funções militares ou de tenências, como acabámos de ver com os Cunhas em Coimbra, ou se poderia afirmar para a zona da Guarda e Gouveia com os de Baião ou Melo, começam-se a documentar com cada vez mais frequência bens urbanos na posse de famílias cujos centros de origem estavam no Norte Senhorial. Na verdade, o poder político já não era condal nem sediava em Guimarães, mas régio e cada vez mais estabilizado nas proximidades do Tejo, primeiro em Santarém e pouco depois em Lisboa. E disso também darão nota as fundações monásticas dos séculos XIII e XIV, em grande maioria filiadas nas Ordens Mendicantes e claramente urbanas, com o reflexo inevitável nos hábitos piedosos da aristocracia desses tempos.

[28] GOMES, Saul António – *Pombal Medieval e Quinhentista. Documentos da sua história*. Batalha: CEPAE, 2010, pp. 20-21.

Por isso começamos a ver os bastardos régios, filhos de D. Afonso III e de D. Dinis, com bens nestas duas cidades desde o início da década de 1260, ou em Torres Vedras, Mafra e Ericeira. Por outro lado, é muito difícil aceitar a ideia de que, pelo menos desde aqueles anos de 1250/1260, os membros da alta nobreza, especialmente os que exerceram as funções de mordomo-mor ou de alferes-mor dos monarcas, não tivessem as suas casas de morada em Santarém e em Lisboa, e o mesmo se poderia dizer a respeito de alguns ricos-homens mais próximos do rei, como os Sousa, Soverosa, Riba de Vizela, Aboim e Briteiros para não falar, por maioria de razão, daqueles que são referidos como conselheiros régios, como aconteceu com os Barbosa, Cogominho, Redondo, Coelho, Vasconcelos ou Correia, mas também Portocarreiro, Melo e Pimentel. E não esqueçamos a ligação às Rainhas e suas Casas, ou o simples facto de começarem a escolher a sepultura em cidades mais meridionais, desde Coimbra e Santarém, ou mesmo junto dos Reis, em Alcobaça.

Conclusões e Propostas de Trabalho.

Vou finalmente concluir, apontando as três causas para o aumento da presença de nobres nas cidades, para lá dos limites ancestrais do Norte Senhorial. E, como já compreenderam, também ali os centros urbanos terão de aguardar pelos séculos tardo-medievais para ganharem alguma ou muita expressão:

1– A **Corte Régia**, portanto, terá sido um dos primeiros factores a explicar a passagem de alguns indivíduos para a proximidade das cidades a sul do Mondego, talvez preferentemente junto ao litoral. Repito, a concessão de títulos de nobreza a partir do século XIV e em especial durante o XV vai alargar bastante mais esta localização.

2 – O segundo factor, do meu ponto de vista é o **militar**, ou seja, o exercício de funções como *tenens*, mas mais provavelmente as alcaidarias. Seria interessante um trabalho de levantamento dos detentores desses cargos e a coincidência da fixação de um ramo familiar nesses centros urbanos, ou a criação de senhorios no respectivo entorno urbano – como suponho que possa ser o caso dos Barretos no Algarve, a partir da alcaidaria de Faro, logo depois de 1249.

3 – Por fim, o afastamento gradual da fronteira sul e o **termo da *Reconquista***, o que se poderá articular com a potencialidade das cidades como pólos geradores de novas linhagens. Este último factor, nas duas vertentes, necessita de um pouco mais de contextualização, mas ainda assim breve. Por um lado, os privilégios foralengos concedidos aos cavaleiros-vilãos que se fixassem em concelhos próximos da fronteira,

do Douro para sul, equiparando-os a *infanções*, ou seja, a nobres por nascimento, mantinham-se com o fim da guerra ou eram revogados? Creio que a melhor solução foi a de integrar esses cavaleiros no estrato da baixa nobreza regional, o que explicaria o aparecimento de várias linhagens "novas" na segunda metade do século XIII, em particular na Beira e no Alentejo, como os já referidos Tavares e Almeidas, aos quais se poderiam acrescentar os Castelo Branco ou os Silveira, estes em Elvas; por outro lado, temos as linhagens genuinamente oriundas de um centro urbano, como aconteceu com os Pestanas ou os Lobos em Évora, tão bem estudados mais recentemente por André Madruga Coelho[29]. A propósito da sua publicação, tive a oportunidade de fazer uma longa recensão onde já explanei algumas destas hipóteses, referindo então – "*é bem conhecido o papel relevante desempenhado pelas milícias urbanas de Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora ou Beja nas campanhas militares conduzidas por D. Afonso Henriques e D. Sancho I, movimento que nos vizinhos reinos de Leão e Castela se prolongou pelo século XIII*"[30]. Com o fim da guerra muitos desses cavaleiros fixaram-se em pólos urbanos mais meridionais ou nos seus lugares de origem, passando a exercer funções na administração municipal e dali integrando as respectivas oligarquias. O passo seguinte, como o já referido para Évora, foi o da ascensão à nobreza, com trajectórias muito variadas, como é óbvio, mas nem por isso menos de sublinhar.

O último mapa que acompanha este texto (**Fig. 5**), que poderia servir como corolário e síntese de vários aspectos referidos no texto, permite ter uma ideia mais rigorosa de dois fenómenos que, articulados, permitiram aos monarcas portugueses levar por diante uma política muito dinâmica e continuada de reforço do poder régio, ou mesmo de centralização do poder, sem que tenha havido uma contestação senhorial com resultados práticos, isto é, nunca reverteram essa dinâmica a seu favor. Por um lado, porque o afastamento do grupo aristocrático do processo de Reconquista, extremando a sua força no âmbito geográfico do Norte Senhorial, os impediu de adquirir bens mais a sul, constituindo blocos dominiais que poderiam ter condicionado aquela política. Por outro lado, o facto de o monarca – com excepção dos senhorios eclesiásticos, monásticos e monástico-militares, mas que a Coroa sempre controlou – não ter encontrado qualquer tipo de presença ou resistência senhorial laica para sul do vale do Mondego, permitiu-lhes gerir a organização social do território, através da disseminação de concelhos e a aceitação tácita da presença das Ordens Militares no vale do Tejo e até ao Algarve – que os próprios monarcas promoveram – povoando todo o sul reconquistado sem ter que recorrer, como os

[29] COELHO, André Madruga – *Poder e Estatuto em Portugal no Final da Idade Média. Os Lobo entre a Cavalaria e a Baronia*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

[30] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "Coelho, André Madruga – Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média: os Lobo entre a cavalaria e a baronia". *Cadernos do Arquivo Municipal [Lisboa]*, 2ª Série, nº 10 (julho-dezembro de 2018), pp. 265-272.

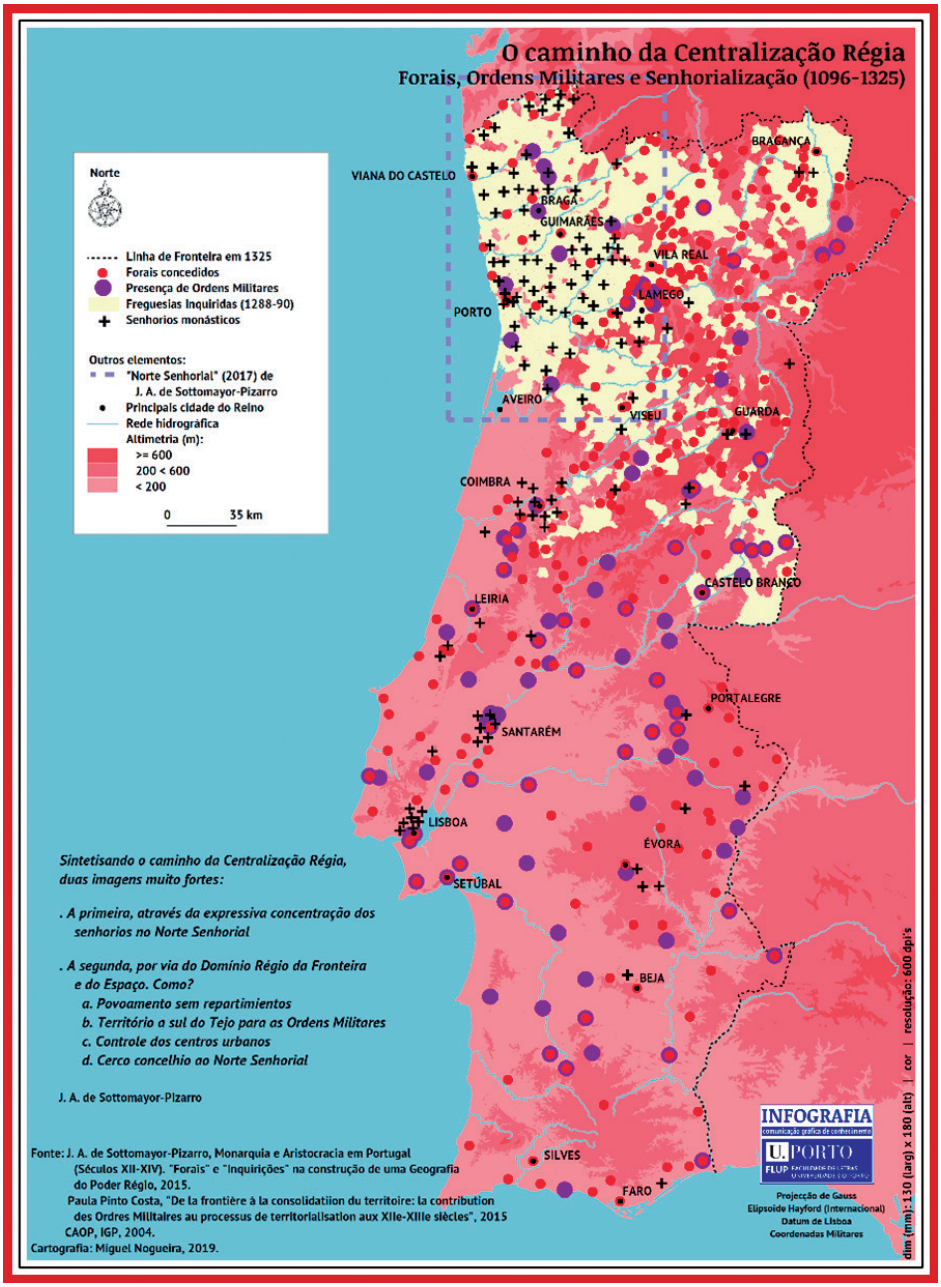


Fig. 5 – O Caminho da Centralização Régia (1086-1325).

seus pares peninsulares, a formas de povoamento colectivo que também contemplava a doação de terras à nobreza, ou seja os *repartimientos*, como aconteceu na Andaluzia, ou nos reinos de Valência e das Baleares depois das respectivas conquistas. Como consequência de todo este processo, não admira, portanto, que quando a nobreza pretendeu levar para fora dos limites do Norte Senhorial os seus domínios, o fez de forma muito mais esparsa e condicionada. O que, por fim, também explica a sua presença pouco notória e mais tardia nos núcleos urbanos mais meridionais.

Aqui termina a apresentação destes apontamentos, que poderão ser mais úteis para investigações futuras, pois que todos conheciam o que se disse para os tempos anteriores.

O estudo das sociedades urbanas medievais continua a ser importante e necessário para compreender a sua composição, desigualdades e complexidade, assim como o seu papel na construção e vivência do espaço urbano. Na mesma linha, permite observar as diferentes fases da vida (infância, juventude, maturidade e velhice) dos seus habitantes, as suas emoções e as relações que estabeleciam entre si e com o exterior e, por conseguinte também a gestão e resolução de conflitos. Estes elementos alimentaram representações da sociedade urbana, expressos tanto em discursos e práticas, como em testemunhos materiais, que importa continuar a conhecer e aprofundar. Assim, em 2024, o Instituto de Estudos Medievais da NOVA-FCSH e a Câmara Municipal de Castelo de Vide organizaram a nona edição das *Jornadas Internacionais de Idade Média* subordinada ao tema: *As sociedades urbanas na Europa medieval*, tendo como espaço de observação a Europa cristã, islâmica e judaica. O trabalho desenvolvido materializou-se na coleta de 19 estudos da autoria de 19 investigadores provenientes da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Polónia, Portugal e Turquia. Todos os textos beneficiaram das observações e comentários suscitados pelos debates realizados nas diferentes sessões, bem como da leitura crítica, atenta e criteriosa, dos avaliadores que procederam à sua apreciação prévia.

***Editores*, Apresentação.**

Apoio:
fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IEM INSTITUTO DE ESTUDOS MEDIEVAIS FCSH/NOVA | FCT

NOVAFCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

NOTÁVEL VILA DE CASTELO DE VIDE

ISBN 978-989-9228-08-5